

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA**

FRANCISCO DE PAULO COELHO JÚNIOR

**ESTRUTURA DE GOVERNANÇA NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL
DO AÇAÍ NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI**

**BELÉM, PA
2018**

FRANCISCO DE PAULO COELHO JÚNIOR

**ESTRUTURA DE GOVERNANÇA NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL
DO AÇAÍ NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Orientador: Prof^o Doutor Fábio Carlos da Silva.

**BELÉM, PA
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C672e Coelho Júnior, Francisco de Paulo
Estrutura de Governança no Arranjo Produtivo Local do Açaí no Município de Igarapé-Miri / Francisco de Paulo Coelho Júnior. — 2018
93 f. : il. color
- Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Gestão Pública (PPGGP), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva
- I. Desenvolvimento Local. 2. Arranjo Produtivo Local. 3. Governança. I. da Silva, Fábio Carlos, *orient.*
II. Título

CDD 352.14098115

FRANCISCO DE PAULO COELHO JÚNIOR

**ESTRUTURA DE GOVERNANÇA NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL
DO AÇAÍ NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública. Orientador: Prof^o Doutor Fábio Carlos da Silva.

Data da aprovação: ____ / ____ / _____

Banca Examinadora:

Professor Dr. Fábio Carlos da Silva
Orientador - PPGGP/NAEA - UFPA

Professor Dr. Mário Miguel Amin Garcia Herreros
Examinador Externo - PPAD/UNAMA

Professor Dr. Anderson Roberto Pires e Silva
Examinador Interno - FACICON/ICSA - UFPA

AGRADECIMENTOS

Neste momento de extrema felicidade, não poderia deixar de agradecer, primeiramente a Deus, pai todo poderoso, que me concedeu a graça de ingressar em um programa de pós-graduação *stricto sensu* e ter me conduzido nos momentos em que mais necessitei no decorrer do curso.

Agradeço ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, em especial, ao professor Fábio Carlos por acreditar nesta pesquisa, em meu potencial, e por me orientar com uma maestria extraordinária que poucos docentes possuem.

Ainda, em nível institucional, agradeço a todos os meus amigos de trabalho, lotados na PROPLAN/UFPA, em especial aos Srs. Raimundo Almeida, Carlos Max e Adriano Silva, e a Sra. Thelma Silva, por me ajudarem a conciliar trabalho e estudos, garantindo assim o cumprimento de nosso dever institucional e social.

Agradeço imensamente aos meus amigos, familiares e, principalmente, a meus pais, Francisco e Maria Marta, pela dedicação que sempre tiveram comigo e pela educação dada. Essa conquista é mais deles do que minha, porque sei que ela é uma recompensa por todo o esforço empregado em minha formação.

Agradeço a minha esposa, Dilene, pelo amor, companheirismo, paciência e por me encorajar a sempre acreditar que posso chegar mais longe e conquistar o "mundo". Os ensinamentos adquiridos com esta mulher, certamente, contribuíram para esta conquista e servirão de alicerce para outras. Estendo essa gratidão ao nosso filho Benjamin, que, com toda energia que lhe é peculiar, nos motiva a nos tornarmos pessoas melhores para, assim educá-lo melhor.

Também sinto-me muito grato pelas contribuições de minha Tia Benoca; meu primo Firo; Sr. Bené, representante do departamento de Agricultura de Igarapé-Miri; Srs. Ismael e Eliezer, representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri; Sr. Didi, presidente da Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri; Sr. João Gonçalves e Srta. Janaína, proprietário e tecnóloga de alimentos da Indústria Açáí Miriense, respectivamente; e Sr. Roberto Pina, produtor rural, ex-prefeito de Igarapé-Miri e grande defensor do desenvolvimento endógeno local.

Por fim, agradeço e homenageio com este trabalho a todos os trabalhadores atuantes no Arranjo Produtivo do Açáí em Igarapé-Miri pela luta diária em prol do desenvolvimento deste querido município.

RESUMO

O desenvolvimento endógeno é uma alternativa capaz de transformar unidades produtivas em nível local, de modo a transformá-las substancialmente, ao ponto de resultar em significativos avanços econômicos e sociais. Iniciativas assim podem estabelecer formas de governança moldadas pela criação de laços de interação e mecanismos de cooperação. Por isso o objetivo desta peça dissertativa é descrever a estrutura que define a governança no Arranjo Produtivo Local do açaí no município de Igarapé-Miri, buscando conhecer como a relação entre os agentes pode influenciar no desenvolvimento local. Para isso, desenvolveu-se pesquisa bibliográfica e de campo, cujos resultados apresentados qualitativamente, são descritos de modo a demonstrar de forma clara e objetiva a realidade local. Os dados coletados e analisados revelam o trajeto que Igarapé-Miri seguiu para constituir um Arranjo Produtivo Local e se tornar a "Capital Mundial do Açaí", além de demonstrar a estrutura de governança existente em torno das atividades comerciais do açaí em nível municipal, representada pela forma de atuação e pela relação existente entre os principais agentes do Arranjo.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Arranjo Produtivo Local. Governança.

ABSTRACT

Endogenous development is an alternative capable of transforming productive units at the local level, in order to transform them substantially, to the point of resulting in significant economic and social advances. Initiatives in this way can establish forms of governance shaped by the creation of interaction bonds and cooperation mechanisms. Therefore, the purpose of this essay is to describe the structure that defines governance in the Local Productive Arrangement of açai in the municipality of Igarapé-Miri, seeking to know how the relationship between agents can influence local development. For this, a bibliographical and field research was developed, whose qualitatively presented results are described in a way that clearly and objectively demonstrates the local reality. The data collected and analyzed reveal the path that Igarapé-Miri followed to constitute a Local Productive Arrangement and to become the "Açaí World Capital", besides demonstrating the existing governance structure around the açai commercial activities at the municipal level, represented by the way of acting and by the relation existing between the main agents of the Arrangement.

Keywords: Local Development. Local Productive Arrangement. Governance.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Categorias de Análise de Pettigrew (1987)	36
Tabela 2 - Estilos de Governança	40
Tabela 3 - Dimensões de Governança	43
Tabela 4 - Categorias de análise	44
Tabela 5 - Produção de açaí no Estado do Pará em 2016	55
Tabela 6 - Produção de açaí no Brasil em 2016	55
Tabela 7 - Principais agentes que integram o APL do Açaí em Igarapé-Miri	56
Tabela 8 - Caracterização dos Entrevistados	69
Tabela 9 - Matriz da Categoria "Atuação Pública"	70
Tabela 10 - Matriz da Categoria "Articulação entre Agentes"	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do município de Igarapé-Miri - PA	49
Figura 2 - Produção de pequeno produtor rural em embarcação utilizada para transporte	58
Figura 3 - Ponto de venda de açaí	60
Figura 4 - Embarcação de médio porte, típica para a prática de marretagem	60
Figura 5 - Indústria local de processamento primário, "Açaí Miriense"	62
Figura 6 - Síntese das inter-relações no APL	68
Figura 7 - Sessão realizada na câmara municipal de Igarapé-Miri para discutir a queda do preço do açaí	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
AMUT	Associação Mutirão
BASA	Banco da Amazônia S. A.
CAEPIM	Cooperativa Agrícola dos Empreendimentos Populares de Igarapé-Miri
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CODEMI	Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FIIPA	Federação das Indústrias do Estado do Pará
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFPA	Instituto Federal do Pará
MI	Ministério da Integração Nacional
MPEs	Micro e Pequenas Empresas
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PIB	Produto Interno Bruto
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDEME	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UHT	Usina Hidrelétrica de Tucuruí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	15
1.1 Evolução histórica do conceito de desenvolvimento.....	15
1.2 Desenvolvimento Local Endógeno	19
1.3 Capital Social e Desenvolvimento Regional	24
1.4 Arranjos Produtivos Locais (APLs)	27
1.5 Governança no contexto do Desenvolvimento Local Endógeno	31
1.5.1 As categorias de análise de Pettigrew (1987)	34
1.5.2 Tipos de Governança segundo Colletis et al. (1999)	36
1.5.2.1 Governança privada.....	37
1.5.2.2 Governança privada coletiva.....	38
1.5.2.3 Governança pública.....	38
1.5.2.4 Governança mista.....	39
1.6 Procedimentos Metodológicos	40
2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA	46
2.1 Alguns aspectos sociais e econômicos da Região do Tocantins	46
2.2 O município de Igarapé-Miri	47
2.2.1 Origem	47
2.2.2 Aspectos geográficos	48
2.2.3 A construção do APL do açaí e as categorias de análise de Pettigrew	49
2.2.3.1 Análise do contexto interno.....	50
2.2.3.2 Análise do contexto externo.....	51
2.2.3.3 Análise de processo.....	52
2.2.3.4 Análise de conteúdo.....	54
3 CARACTERIZAÇÃO DOS AGENTES DO APL	55
3.1 Agentes Econômicos	56
3.1.1 Produtores rurais.....	56
3.1.2 Peconheiros.....	59
3.1.3 Batedores artesanais.....	59
3.1.4 Marreteiros.....	60
3.1.5 Atravessadores.....	61
3.1.6 Industrias de beneficiamento.....	62

3.1.7 Agências de fomento.....	63
3.2 Agentes Políticos	63
3.2.1 Representantes de classe.....	63
3.2.2 Prefeitura municipal.....	64
3.2.3 Governo estadual.....	64
3.2.4 Governo Federal.....	65
3.3 Agentes Sociais	65
3.3.1 Associações.....	65
3.3.2 Cooperativas.....	66
3.3.3 Serviços sociais autônomos.....	67
3.4 Apresentação gráfica das inter-relações em torno do APL do açaí de Igarapé-Miri	68
4 ESTRUTURA E TIPO DE GOVERNANÇA DO APL DO AÇAÍ EM IGARAPÉ-MIRI	69
4.1 Caracterização dos Entrevistados	69
4.2 Percepções dos entrevistados e análise da governança no APL do Açaí de Igarapé-Miri	70
4.2.1 Categoria Atuação Pública	70
4.2.1.1 Interpretação da categoria atuação pública.....	71
4.2.2 Categoria Articulação entre Agentes	73
4.2.2.1 Interpretação da categoria articulação entre agentes.....	74
4.3 Discussão	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	83
APÊNDICE A - Formulário aplicado a entidades públicas e privadas.....	90
APÊNDICE B - Formulário aplicado a entidades públicas e privadas.....	91
APÊNDICE C - Formulário aplicado a entidades públicas e privadas.....	92

INTRODUÇÃO

Após o fracasso dos modelos de desenvolvimento tradicionais, embasados em políticas macroeconômicas que pouco contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico de territórios periféricos mundo a fora, novas tentativas de desenvolvimento começaram a ser difundidas mais intensamente a partir das últimas décadas do século XX como alternativas capazes de melhorar baixos índices econômicos e sociais.

No Brasil, este contexto pode ser melhor percebido a partir da deterioração do Estado em virtude da aceleração do endividamento público provocado pela falência do sistema centralizador de promoção do desenvolvimento macroeconômico centrado na modernização e industrialização do país. A partir da segunda metade da década de 80, o papel centralizador do Estado brasileiro como provedor da economia deu vez à implementação de novas políticas de desenvolvimento que objetivavam ajustar o sistema produtivo do país, abrindo caminhos para proposições desenvolvimentistas com viés descentralizador, através de ações empreendedoras objetivando influenciar os processos de crescimento das economias locais (BARQUERO, 2002).

Nessa direção, surgiu o termo governança, conceituado por Gonçalves (2006) como "ação conjunta de Estado e sociedade na busca de soluções e resultados para problemas comuns". Aliado a isto, a política de desenvolvimento local entrou em cena como modelo desenvolvimentista responsável por superar os desequilíbrios econômicos através do fomento a territórios com potencialidades de desenvolvimento competitivo, pelo meio de um jogo de soma positiva, capaz de tirar proveito do potencial de desenvolvimento existente no território (BARQUERO, 2002).

Na região amazônica, o conceito de desenvolvimento local endógeno com bases em práticas de governança, passou a emergir como estratégia em que comunidades tradicionais, através de suas identidades próprias, pudessem tomar iniciativas visando assegurar o desenvolvimento tirando proveito do fortalecimento de suas capacidades organizacionais a partir do estímulo ao empreendedorismo local e da utilização do potencial produtivo existente em determinados territórios. Com base nesta lógica desenvolvimentista, o município paraense de Igarapé-Miri, localizado na região do Baixo Tocantins, despontou no início dos anos 90 como um grande exemplo de governança a ser seguido ao aplicar as bases teóricas do desenvolvimento local endógeno centrado no território, através de um ousado projeto de crescimento econômico e de mudança estrutural, protagonizado pelos movimentos sociais locais, contando com a participação ativa, organizada e democrática da população diretamente envolvida, ao investir na cultura de cultivo do açaí através de práticas de manejo sustentável

de áreas degradadas, se preocupando essencialmente com a geração de emprego e renda, melhoria da qualidade de vida, o bem-estar da população local e na conservação do meio ambiente.

Como reflexo desta invejável empreitada embasada em práticas de governança exercidas por atores protagonistas do processo de transformação da dinâmica mercadológica e ambiental local, anos depois, Igarapé-Miri passou a se destacar como um expressivo produtor de açaí, fato que oportunizou a criação de bases sólidas capazes de possibilitar um significativo processo de mudança estrutural no cenário econômico local, resultando na consolidação de um Arranjo Produtivo Local (APL), dada a presença de um aglomerado de agentes políticos, econômicos e sociais que se inter-relacionam em torno da atividade produtiva do açaí desenvolvendo relações econômicas e não econômicas entre si, trocando conhecimentos e partilhando mecanismos de governança (CASSIOLATO; LASTRES, 2003b).

Contudo, ao admitirmos que as estruturas de governança sejam representadas pelas forças organizacionais e institucionais que condicionam o comportamento dos agentes no APL (CAMPOS et al., 2009), tem-se como hipóteses que: a governança criada através do modo de atuação dos agentes que hoje compõem o APL são muito restritas, ou seja, são exercidas por pequenos grupos em prol de seus próprios anseios, o que compromete o desenvolvimento local endógeno, visto que as relações mercadológicas estabelecidas estão contribuindo para atender aos interesses de agentes detentores de vultoso capital financeiro; as estruturas de governança construídas a partir do exercício de práticas de co-participação, cooperação e associativismo estão em processo de decadência devido à sobreposição de ações de iniciativas individuais, à inexpressiva participação e atuação governamental, e enfraquecimento dos movimentos sociais.

Por isso, é oportuno analisar com mais profundidade o modo de atuação e relacionamento dos agentes do APL, a fim de redefinir a estrutura de governança que conduz o funcionamento do Arranjo e as implicações disto no cenário comercial, político e social em nível local.

Diante do exposto, ao defender-se que o município de Igarapé-miri deve valorizar e gerenciar seus recursos institucionais, humanos e naturais, bem como seus costumes, saberes e práticas, de modo a transformá-los em capital a ser investido no APL do açaí, garantindo assim a continuidade do desenvolvimento econômico do município, a questão central desta pesquisa sintetiza-se na seguinte pergunta: como se caracteriza a governança do arranjo produtivo local do açaí no município de Igarapé-Miri?

Assim, a partir da contextualização e do questionamento apresentados, esta dissertação tem como objetivo geral "descrever a estrutura que define a governança no Arranjo Produtivo Local do açaí no município de Igarapé-Miri, buscando conhecer como a relação entre os agentes pode influenciar no desenvolvimento local". Para isso, objetiva-se especificamente: analisar os fundamentos teóricos referentes ao Desenvolvimento Local, Capital Social, Arranjo Produtivo Local e de Governança e suas estruturas; descrever, através de análise histórica, as etapas que levaram ao surgimento do APL do açaí em Igarapé-Miri e a estrutura de governança exercida para tal; descrever o APL do açaí em Igarapé-Miri, identificando e caracterizando os principais agentes e suas inter-relações; e analisar a estrutura que define, hoje, o tipo de governança existente no APL do açaí em Igarapé-Miri.

Muitos caminhos poderiam ser percorridos para fins de abordagens relacionadas às características existentes no APL do açaí de Igarapé-Miri. Aspectos como: relações de trabalho, logística, meio-ambiente, higiene sanitária, infraestrutura e outros, poderiam ser escolhidos e investigados com grande possibilidade de se obter um resultado satisfatório e impactante. Entretanto, a trilha escolhida neste trabalho se deve ao fato do tema governança possuir peculiaridades que possibilitam a apresentação de respostas relacionadas a decisões, comportamentos e relacionamentos de agentes, que inseridos em convívio social ou institucional determinam, positiva ou negativamente, o futuro de localidades, regiões e, até mesmo, nações, marcando assim seus nomes na história.

Além disso, a pesquisa no APL supramencionado pode ser considerada como uma oportunidade de demonstrar para a sociedade como um todo que teorias servem para serem aplicadas na prática e que é possível obter-se resultados satisfatórios através delas. Por isso, ao confrontarmos a realidade local com os ensinamentos teóricos acadêmicos, aproximamos a ciência da sociedade, e vice-versa, no sentido de contribuir para melhorá-la e, até mesmo, transformá-la.

É com essa expectativa que analisamos o APL do açaí em Igarapé-Miri, na certeza de que os resultados aqui apresentados possam de alguma forma contribuir para a criação e implementação de políticas públicas e estimular outras pesquisas que objetivem a continuidade do desenvolvimento econômico no município, em equilíbrio com o meio-ambiente e com os reais interesses e necessidades sociais.

A dissertação está estruturada, além desta introdução e das considerações finais, em quatro capítulos: Fundamentos Teóricos e Procedimentos metodológicos; Caracterização da área estudada; Caracterização dos agentes do APL e Estrutura e tipo de governança do APL.

O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico norteador da pesquisa,

compreendendo os temas: Desenvolvimento, Capital Social, Arranjo Produtivo Local e Governança e a metodologia utilizada na pesquisa.

O segundo capítulo caracteriza a região estudada utilizando-se dados sociais e econômicos básicos, além de apresentar a origem, aspectos geográficos e análise do processo de construção do APL do açaí em Igarapé-Miri.

O terceiro capítulo descreve o APL do açaí em Igarapé-Miri através da caracterização comportamental dos principais agentes e suas inter-relações e o quarto capítulo analisa a estrutura e define o tipo de governança do APL do açaí em Igarapé-Miri.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.1. Evolução histórica do conceito de desenvolvimento

Ao longo do século XX, o conceito de desenvolvimento econômico sofreu alterações em sua percepção e aplicação. Fruto de mudanças sociais e reflexo de diferentes conjunturas político-econômicas, a questão do desenvolvimento pode ser observada sob três modelos [ou fases] (ANDRADE apud CKAGNAZAROFF et al., 2008).

O primeiro modelo teve sua origem no pós-guerra, mais precisamente na década de 1950, onde países centrais idealizaram que o desenvolvimento econômico só seria possível com o crescimento da economia, relacionando o desenvolvimento com a geração de riqueza *per capita*, evidenciando a acumulação de capital. Assim, "o papel do Estado seria programar e planejar políticas públicas, diluindo as falhas de mercado" (CKAGNAZAROFF et al., 2008, p. 173). Acreditava-se que o desenvolvimento seria resultante de uma economia extensiva, através do investimento em grandes empresas industriais, localizadas nos grandes centros urbanos, que adotavam o sistema fordista de produção em massa, estimulando a ampliação de mercados através da expansão do consumo de bens duráveis.

Conforme Ckagnazaroff et al.. (2008), nos países subdesenvolvidos, os Estados promoviam políticas econômicas ativas, com modelos de desenvolvimento via substituição de importações, além de que não consideravam ainda a emergência de novos agentes sociais na dinâmica de desenvolvimento. No caso brasileiro, esta concepção de desenvolvimento pôde ser melhor percebida nas décadas de 60 e 70, consistindo na atração de empresas, acreditando-se que a promoção do desenvolvimento nas regiões mais atrasadas pudesse ser efetivada mediante adoção de medidas de desenvolvimento exógeno, "de cima para baixo", segundo Barquero (2002). Esta política tradicional de desenvolvimento trabalhava com um modelo de crescimento econômico concentrado e propunha contribuir para a distribuição territorial da renda e do emprego mediante a aplicação de incentivos e a realização de investimentos em infra-estrutura no sentido de que uma região obteria seus recursos às custas das demais (BARQUERO, 2002). Deste modo, a medida que o fordismo se constituiu como modelo hegemônico da organização produtiva, a dimensão territorial do desenvolvimento foi abandonada pelos países centrais e periféricos.

Sem embargo, dentro deste contexto tradicional de desenvolvimento, enfatiza-se que:

Em 1948 surgiu a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), a qual se destacou pela crítica feita em relação ao tipo de desenvolvimento adotado pelos países "menos desenvolvidos" do sul, mais especificamente os da América Latina. Considerada por muitos como uma

"escola de pensamento", a Cepal, sobretudo nas décadas que se seguiram à sua criação, contrariou a visão bastante difundida de que a história econômica norte-americana seria o modelo ideal de desenvolvimento a ser seguido, independente das particularidades históricas, econômicas, sociais e culturais de cada país (ULTRAMARI; DUARTE, 2011).

Em virtude de falhas de intervenção governamental na condução de políticas de desenvolvimento, desencadeamento de crises globais e problemas macroeconômicos, o segundo modelo, denominado de abordagem neoclássica de desenvolvimento, ganhou espaço a partir da década de 1970. Esta proposta de desenvolvimento se preocupava com a alocação de capitais e com as forças de mercado, relacionando a taxa de poupança com o crescimento, pregando o governo minimalista, ao considerar que o mercado seria o responsável por alocar os recursos e promover o desenvolvimento (CKAGNAZAROFF et al., 2008).

Por outro lado, ainda nos anos 1970, surgiam iniciativas de desenvolvimento local e maior desenvolvimento alcançado pelo Japão, pelos novos países industrializados asiáticos, nos distritos industriais italianos, em sistemas locais de empresas na Espanha e nos Estados Unidos, o que provocou questionamentos acerca das formulações teóricas anteriores relativas ao desenvolvimento econômico (LLORENS, 2001). Merece destaque o resgate da dimensão espacial, em particular, a partir da tentativa de entender as razões que levaram ao surgimento de aglomerados de MPEs eficientes e competitivas em certas localidades particulares. Os casos mais discutidos foram os da Terceira Itália e do Vale do Silício nos EUA (CASSIOLATO; LASTRES, 2003a).

No caso do Brasil, a deterioração do Estado e a ineficácia das políticas de desenvolvimento se traduziram na desorganização e falência do sistema centralizado e estatista de promoção da modernização e industrialização, com a aceleração do endividamento público e externo (BUARQUE, 2002). Além disso, os efeitos deste modelo consistiu na "formação de grandes centros urbanos em contraste com o enfraquecimento de regiões periféricas" (ANDION apud CKAGNAZAROFF et al., 2008, p. 174). Àquela altura, o Estado perdia paulatinamente seu papel centralizador e provedor da economia à medida que a esta adquiria dimensões globais, que segundo Barquero (2002) traduziu-se em um aumento da concorrência nos mercados, implicando na continuidade dos ajustes do sistema produtivo de países, regiões e cidades.

Em síntese, a crise do fordismo representou, também, a derrocada das teorias, até então predominantes, sobre desenvolvimento, visto que estava evidente que "crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento" (BRUM; BEDIM, 2003, p. 29). Segundo Llorens (2001), a principal causa do não alcance do desenvolvimento se deu em virtude das

políticas tradicionais terem eliminado de seu escopo a alusão ao território, substituindo-o pela lógica abstrata das categorias macroeconômicas e das economias de escala da produção.

Já nos anos 80, com a recessão global e a crise da dívida externa, as atenções foram voltadas à gestão econômica e à liberalização mercadológica, resultando em um forte processo de internacionalização das economias capitalistas, também chamado de globalização da economia e da sociedade. Àquela altura, Europa, Estados Unidos e América Latina passaram a intensificar o debate sobre as possibilidades da gestão local do desenvolvimento, momento em que começavam a surgir manifestações contrárias a cerca da lógica de desenvolvimentista macroeconômico. Nesse debate, segundo Moraes (2003), passaram a ser questionadas as abordagens teóricas que consideravam o Estado Nacional e as grandes empresas como agentes únicos do desenvolvimento econômico. Sobre isso, Amaral Filho (2001) destaca que:

O que tem sido observado, desde o fim da década de 1980, é que, ao mesmo tempo em que ocorre um movimento de extroversão por parte das empresas (subcontratações, alianças e fusões) e dos países (abertura comercial e aumento do volume do capital em circulação mundial), as regiões no interior dos países vêm mostrando um movimento de endogeneização, tanto das decisões relacionadas ao seu destino quanto do uso dos meios e dos recursos utilizados no processo econômico. Isso mostra que a organização territorial deixou de ter um papel passivo para exercer um papel ativo diante da organização industrial (AMARAL FILHO, 2001, p. 262).

Percebe-se então que, ainda na década de 1980, o terceiro modelo de desenvolvimento econômico começa ganhar robustez, associado a uma nova ordem econômica, configurando assim a concepção de um novo paradigma a medida em que importantes e profundas transformações ocorrem no sistema produtivo mundial

Diante do fracasso e da insatisfação provocada pelo esgotamento dos modelos de desenvolvimento propostos pós-guerra - uma vez que a pretensão de universalizar modelos de desenvolvimento foi frustrada -, o conceito de desenvolvimento, mais uma vez, foi se redefinindo, adquirindo um novo significado. Sobre isso, cabe mencionar que, de acordo com Fuini (2014, p. 58),

"o desenvolvimento territorial estaria se modificando, se deslocando do modelo de planejamento regional outorgado dos anos "fordistas" de 1950, 1960 e 1970 para estratégias mais flexíveis de desenvolvimento local e regional endógeno, dotando as municipalidades e regionalidades de maior poder para execução e implementação de algumas políticas setoriais".

Neste momento, novas proposições teóricas de desenvolvimento emergiram de forma reacionária, através de percepções inovadoras de desenvolvimento socioeconômico, criando bases sólidas para um novo paradigma, fortalecendo-se a compreensão de que os

investimentos em capital e infraestrutura, por si só, não eram suficientes para promover o bem-estar social que os Estados buscavam conseguir nas décadas anteriores. Logo, para Ckagnazaroff et al. (2008), se antes o desenvolvimento era entendido apenas como crescimento econômico, agora passa a ser uma relação mais próxima com o nível local e com a qualidade de vida dos cidadãos, fazendo emergir novas tendências que buscam a promoção do desenvolvimento local.

Nos anos 90, a descentralização político-administrativa brasileira, legitimada pela Constituição Federal de 1988, e o ideário neoliberal, que por sua vez defende a redução do papel do Estado como provedor das necessidades sociais, estimularam a transferência aos poderes locais da responsabilidade de prover as demandas formando as bases para consolidação ideológica do desenvolvimento local. Além do mais, a crise fiscal do Estado e os processos de descentralização impulsionaram uma tendência de valorização das políticas públicas de desenvolvimento rural e urbano, formuladas e implementadas por governos locais (MORAES, 2003). Sobre isso, Ultramarini e Duarte (2011) afirmam que:

As mudanças macroeconômicas internacionais e a constituição de mercados em escala global têm impactado, nas últimas décadas, as economias locais e regionais, enfraquecendo o papel dos estados e estimulando processos de descentralização. Nesse cenário, o poder local [no caso do Brasil, o município] viu suas atribuições e responsabilidades alteradas, exigindo que este passasse a atuar como agente do desenvolvimento (ULTRAMARINI; DUARTE, 2011, p. 24).

Assim sendo, para Ckagnazaroff et al. (2008), novas questões e novos desafios foram colocados para o desenvolvimento, que antes era tido apenas como crescimento econômico, passando a ser definido como uma relação mais próxima com o nível local e com a qualidade de vida dos cidadãos.

Diante desta realidade, os municípios transformaram-se em espaços prioritários para a implementação de ações voltadas para o desenvolvimento, haja vista que neles passaram a ser investidos recursos a fins de desenvolvimento econômico. Para Buarque (2002), este processo de descentralização estimulou a promoção da teoria do desenvolvimento local a medida em que tornou-se crescente a necessidade de organização e criação de espaços de intervenção político-social nas instâncias locais.

Nesta perspectiva, o processo de desenvolvimento local se torna legítimo e oportuno, com os atores atuantes em territórios assumindo o protagonismo ao exercerem o papel de articuladores, formuladores e executores de ações estratégicas, de modo a estimular o aproveitamento de suas próprias potencialidades a fim de transformá-las em retorno econômico.

1.2 Desenvolvimento Local Endógeno

A abordagem teórica do desenvolvimento endógeno tem suas raízes nos anos de 1970, momento em que proposições desenvolvimentistas da base para o topo surgiram em maior escala. A partir da década de 1990, a questão desenvolvimentista passou a ser rediscutida, momento em que a teoria de desenvolvimento local endógeno foi considerada como necessária por compreender iniciativas de desenvolvimento a partir de características, vocações e apelo local (TENÒRIO, 2007). Buscava-se, então, compreender o porque da variação do nível de crescimento entre regiões, mesmo estas dispendo de fatores produtivos equivalentes, como: capital financeiro, mão-de-obra ou tecnologia. A solução seria procurar encontrar, entre estes fatores, aqueles determinados dentro da região (MORAES, 2003).

Na busca destas respostas, a teoria endogenista propôs-se em coligar fatores de produção intra-regionais críticos - como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições - com o desenvolvimento, dispensando a abordagem exógena de desenvolvimento, até então estabelecida. Por conseguinte, logo se concluiu que a região dotada destes fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado (SOUZA FILHO, 2002).

Nesta nova conjuntura - adversa do ponto de vista macroeconômico -, tentativas locais de desenvolvimento começaram a ser difundidas como alternativas capazes de melhorar baixos índices econômicos e sociais herdados dos modelos tradicionais de desenvolvimento, indo ao encontro ao que a Cepal preconizava: a priorização das potencialidades locais. Esta concepção abriu caminhos para novas proposições desenvolvimentistas, "momento em que os atores locais e regionais passaram a empreender ações objetivando influenciar os processos de crescimento das economias locais" (BARQUERO, 2002, p. 25), readquirindo relevância a reflexão sobre questões relacionadas ao desenvolvimento local como alternativa de ajuste produtivo no território, buscando investimento em recursos potenciais de natureza endógena.

O diferencial deste modelo, em relação aos anteriores, está no fato de que esta proposta de desenvolvimento passa a ser estruturada a partir dos próprios atores locais, e não mais pelo planejamento centralizado, exógeno, de cima para baixo (TENÒRIO, 2007). Desta forma, municípios e regiões começaram a buscar alternativas inovadoras, capazes de desenvolver seus núcleos urbanos e rurais. A partir destas, segundo Barquero (2002, p. 13), "foram sendo geradas formas mais flexíveis de organização da produção e foram surgindo novos espaços produtivos, ao mesmo tempo em que as cidades e as regiões passaram a dar respostas estratégicas aos desafios colocados pelo aumento da concorrência nos mercados",

através de estratégias de desenvolvimento local.

A política de desenvolvimento local visa superar os desequilíbrios econômicos através do fomento a territórios com potencialidades de desenvolvimento competitivo. Assim, ela é vista como um jogo de soma positiva, capaz de tirar proveito do potencial de desenvolvimento existente no território (BARQUERO, 2002).

Na tentativa de conceituar desenvolvimento local, Gragnolino (apud TENÒRIO, 2007) o considera como um processo de desenvolvimento centrado num território concreto em que os protagonistas são uma pluralidade de atores que ocupam determinadas posições no espaço social e que estabelecem relações em função de metas e projetos comuns. Para Ckagnazaroff et al., (2008) o desenvolvimento econômico local consiste em um processo que se preocupa essencialmente com a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população local, a conservação do meio ambiente e a participação ativa, organizada e democrática da população.

Complementando esta abordagem, ressalta-se ainda que apenas o alcance do crescimento econômico na localidade não pode ser definido como desenvolvimento, haja vista que este requer também melhorias nos níveis sociais, educacionais e ambientais em nível local. Assim sendo, segundo Buarque (2002, p. 25), "o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos".

Contudo, o conceito de desenvolvimento local ainda carece de consonância teórica, pois o mesmo ainda é considerado,

tema controverso sobre o qual não há consenso entre os especialistas, nem no Brasil nem no debate internacional. A controvérsia não é apenas conceitual, e também existe no plano metodológico. Há quem diga que as experiências de desenvolvimento local são apenas a expressão espacial de um novo arranjo industrial "pós-fordista". Para outros, as experiências de desenvolvimento local têm dinâmicas próprias e são mais que reflexo da reorganização internacional do capital. Para outros, ainda, o local seria um espaço privilegiado para experimentações contra-hegemônicas (FRANÇA; CALDAS; VAZ, 2004, p. 5).

Controvérsias à parte, para a maioria dos teóricos no assunto, o desenvolvimento local busca, concomitantemente, o avanço social e econômico, numa perspectiva inversa da preconizada no pós-guerra, ou seja, através de uma política de desenvolvimento pautada em uma abordagem voltada para territórios geograficamente definidos, lugar onde os atores locais exercem seus valores culturais, desempenham seus conhecimentos e habilidades, ocupando o papel principal na condução de ações de desenvolvimento a partir de suas vocações e potencialidades.

Para este fim, cada município ou comunidade deve valorizar e gerenciar seus recursos institucionais, humanos e naturais, bem como seus costumes, saberes e práticas, de modo a transformar estes atributos em capital a ser investido no local, buscando tirar proveito do potencial de desenvolvimento existente no território, organizando os atores de modo a criar um ambiente favorável ao empreendedorismo com bases endógenas. De modo consonante, Buarque (2002, p. 25) defende que,

o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade.

Cabe salientar que "o desenvolvimento da região está relacionado aos fatores sociais, ambientais e culturais da formação do território" (OLIVEIRA, 2008, p. 4), assim, a teoria de desenvolvimento local endógeno requer análise holística do espaço de aplicação da mesma, tornando necessário identificar influências e peculiaridades humanas, naturais, produtivas e institucionais, de modo a compreender potencialidades inerentes ao local a fim de transformá-las em bases norteadoras no planejamento e execução de políticas de desenvolvimento. Além destes, para Oliveira (2008, p. 4) outros fatores podem influenciar no processo de desenvolvimento do espaço, entre os quais, destaca:

As constantes locacionais que determinam a estrutura espacial da economia; as economias de aglomeração, tanto das famílias quanto das empresas; a inovação e o processo da sua difusão espacial; a mobilidade dos fatores; e o investimento regional com o adequado reconhecimento dos fatores de natureza social e políticos.

Assim sendo, esta concepção desenvolvimentista requer uma abordagem, "de baixo para cima" (BARQUERO, 2002), em que evidencia-se a relevância de se considerar os fatores endógenos como fundamentais para o alcance do desenvolvimento local, através do protagonismo de atores locais diante do aumento da competitividade. Isto posto, deduz-se que a teoria do desenvolvimento endógeno sustenta que os fatores determinantes para acumulação de capital criam um entorno no qual tomam forma os processos de transformação e de desenvolvimento das economias, convertendo esta teoria de desenvolvimento em um instrumento para o alcance do desenvolvimento local, viabilizando uma resposta local perante os desafios da globalização (BARQUERO, 2002).

Em síntese, o desenvolvimento local procura reforçar a potencialidade do território mediante ações endógenas, articuladas pelos seus diferentes atores: sociedade civil, poder

público e o mercado, levando-se em consideração, principalmente, os recursos naturais existentes, a vocação trabalhista e produtiva da comunidade e fatores socioculturais (TENÓRIO, 2007).

A partir da teoria do desenvolvimento local, uma nova abordagem trouxe à tona um paradigma inovador em torno do conceito de desenvolvimento, considerando os mecanismos que favorecem o processo e as formas mais eficazes de atuação dos atores econômicos e sociais (BARQUERO, 2002). Embasado nestas questões, com foco em sistemas produtivos, o desenvolvimento endógeno surge como uma estratégia em que comunidades, através de suas identidades próprias, tomam iniciativas visando assegurar o desenvolvimento através do fortalecimento de suas capacidades organizacionais, criando assim condições de evitar que organizações externas limitem suas potencialidades de atuação (BARQUERO, 2002).

Este novo modelo estimula o empreendedorismo local, através da utilização do potencial produtivo existente no território, podendo ser visto como um "processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento, que leva à melhoria do nível de vida da população" (BARQUERO, 2002, p. 41). Nesse sentido, Oliveira e Lima (2003) enfatizam que este paradigma aponta para a necessidade de as políticas privilegiarem os elementos locais para promover o desenvolvimento, visando o aproveitamento pleno dos recursos humanos, ambientais e institucionais da região.

Deste modo, o desenvolvimento endógeno pode ser considerado como um processo de crescimento que implica uma ampliação produtiva e absorção econômica regional (AMARAL FILHO, 2001). Assim, O desenvolvimento regional endógeno predominante na década de 1990 pode então ser definido como:

“um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido” (AMARAL FILHO, 1996, p.37-38).

Para isso, é de extrema importância considerar a cultura, valores e saberes de cada local a fim de traduzir potenciais recursos em retorno econômico.

Sobre a teoria endogenista, Cruz et al. (2016), entendem que:

as instituições e os fatores de produção mais importantes para o desenvolvimento local - tais como capital social, capital humano, conhecimento, pesquisa e desenvolvimento - devem ser gerenciados em cada território, baseando-se nas suas potencialidades e visando um

desenvolvimento de dentro para fora.

Por essa razão, cabe frisar a reflexão de Brum e Bedin sobre o tema (apud CONTI; PAULI; SANTOS, 2012):

A história produtiva de cada localidade, as características tecnológicas e institucionais do meio e os recursos locais condicionam o processo de crescimento. Desta forma, desenvolver uma região requer utilizar os fatores endógenos ao território, sem abrir mãos dos fatores externos. Promover o desenvolvimento regional (ou local), finalmente, não significa somente privilegiar grandes empreendimentos industriais, mas sim em incentivar todos os projetos que façam uso do potencial de desenvolvimento e realizem o ajuste progressivo do sistema econômico local a fim de dotar os sistemas produtivos locais dos serviços necessários para resolver seus problemas de competitividade.

Para teoria do desenvolvimento endógeno, é nas localidades ou territórios onde se criam e desenvolvem espaços produtivos devido às potencialidades de desenvolvimento e à capacidade de gerar externalidades. Estes espaços induzem os territórios a responderem estrategicamente através de iniciativas locais, capazes de estimular os processos de desenvolvimento endógeno, considerando que a acumulação de capital e o progresso tecnológico são, indiscutivelmente, fatores-chave para o crescimento econômico, além de reconhecer a existência de rendimentos crescentes no tocante aos fatores acumuláveis (BARQUERO, 2002).

Ainda segundo Barquero (2002, p. 33):

O desenvolvimento endógeno é uma interpretação que permite explicar os processos de acumulação de capital e identificar os mecanismos que contribuem para o aumento da produtividade e competitividade de cidades e regiões. É uma interpretação voltada para a ação, associada ao momento em que a sociedade civil se mostrar capaz de dar, mediante a política do desenvolvimento local, uma resposta aos desafios produzidos pelo aumento da concorrência nos mercados. O desenvolvimento de formas alternativas de gestão econômica, através das organizações intermediárias, e a criação de associações e de redes públicas e privadas possibilitam que as cidades e regiões otimizem suas vantagens competitivas e sejam incentivadoras do desenvolvimento econômico.

Em vista disso, o desenvolvimento local denominado como endógeno é traduzido na capacidade da sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento, condicionando-o à utilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e ao seu próprio potencial.

Duas dimensões no desenvolvimento endógeno podem ser identificadas: uma econômica e outra sócio-cultural. Na primeira, a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para organizar, da forma mais eficiente possível, os fatores produtivos da região. Na segunda, os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da

região (Barquero, 1988). Esse elemento cultural passou então a ser considerado como essencial para o desenvolvimento regional, principalmente, a partir do estudo realizado por Robert Putnam, cujo intuito foi analisar as diferenças regionais na Itália, mais precisamente, como questões culturais regionais podem ser consideradas fundamentais para explicar, além dos fatores econômicos, o porquê uma região é mais próspera do que outra em um mesmo país. Um dos principais resultados do estudo aponta que sociedades mais prósperas tendem a serem aquelas onde seus habitantes são mais solidários, confiam mais uns nos outros, desenvolvem projetos coletivos de forma compartilhada, enfim, são dotadas de maiores níveis de participação na vida pública (PUTNAM, 1996).

Conclui-se então que para a ocorrência do desenvolvimento endógeno, o ponto de partida está no fortalecimento das vocações e potencialidades locais, através da utilização e ampliação do capital social, de modo a criar condições necessárias para a geração de emprego e renda e, conseqüentemente, externalidades positivas em âmbito econômico e sócio-cultural.

1.3 Capital Social e Desenvolvimento Regional

Dentre os fatores endógenos indutores do desenvolvimento, as relações sociais merecem destaque por serem consideradas como fundamentais neste processo. Mais do que isso, na visão de Boisier (1997), a sociedade civil, e nela compreendida as formas locais de solidariedade, integração social e cooperação, pode ser considerada o principal agente da modernização e da transformação sócio-econômica em uma região.

Considerado como um fator fundamental para o desenvolvimento, o capital social foi mencionado pela primeira vez em 1916 por Lyda Judson Hanifan, que ao descrever centros comunitários de escolas rurais, detectou que a pobreza crescente se fazia acompanhar pelo decréscimo da sociabilidade e das relações de vizinhança entre a população local (ARAÚJO, 2003). Segundo Hanifan, "a comunidade se beneficiaria da cooperação de todos e quando as pessoas criam o hábito de se relacionar, por razões sociais, de lazer ou econômicas, esse 'capital social', ou seja, essa rede de relações pode ser dirigida para o bem-estar da comunidade" (ARAÚJO, 2003, p. 24).

O conceito de capital social foi se reinventando no decorrer do século XX e nos anos 1970 o economista Glenn Loury e o sociólogo Ivan Light usaram esta expressão para encontrar respostas para o problema do desenvolvimento econômico em grandes cidades americanas. Em seus estudos, Loury e Light, ao analisar determinadas comunidades, constataram que:

os afro-americanos não demonstravam ter os laços de confiança e de conexão social que existiam nos asiático-americanos e outros grupos étnicos. Isso explicava, em grande parte, a relativa ausência de pequenos negócios entre negros, e essa incapacidade de cooperar e de confiar era, para os autores, um dos legados mais perversos da escravidão (ARAUJO, 2003, p. 24-25).

Conforme já referido, o estudo de Putnam na Itália sobre as diferenças regionais entre o norte e o sul daquele país, marco da teoria endogenista e do atual conceito de capital social, concluiu que o desenvolvimento regional está diretamente ligado às características da organização social e das relações cívicas encontradas na região. Uma de suas mais importantes conclusões é a percepção de que "na Itália contemporânea, a comunidade cívica está estritamente ligada aos níveis de desenvolvimento social e econômico." (PUTNAM, 1996, p.162).

Para comprovar a relevância do civismo e das relações sociais no processo de desenvolvimento, Putnam analisou o progresso de duas regiões italianas: Emila-romagna, ao norte, e Calábria, ao sul. Ambas, nos primeiros anos do século XX, tinham padrões de desenvolvimento muito parecidos. Nas oito décadas posteriores, uma desigualdade sócio-econômica extremamente acentuada foi estabelecida entre essas regiões, na qual Emila-romagna, de grande participação política e solidariedade social, tornou-se uma das mais prósperas regiões da Europa; e a região da Calábria, com características feudais, fragmentada e isolada, a região mais atrasada da Itália.

Comparando o civismo e o desenvolvimento sócio-econômico nas duas regiões estudadas entre as décadas de 1900 e de 1970, Putnam (1996) concluiu que as tradições cívicas e a capacidade organizacional das sociedades analisadas mostraram-se como fatores determinantes das desigualdades de desenvolvimento sócio-econômico encontradas atualmente entre as duas regiões. Putnam ensina que "quando tomamos por base as tradições cívicas e o desenvolvimento sócio-econômico registrado no passado para prever o atual desenvolvimento econômico, constatamos que o civismo é na verdade muito melhor prognosticador do desenvolvimento sócio-econômico do que o próprio desenvolvimento" (PUTNAM, 1996, p. 166).

Alicerçado em tradições cívicas e na capacidade de organização social, o conceito de capital social surge como um patrimônio intangível que "leva em conta aspectos como as relações humanas, sociais e institucionais, transformando comunidades e regiões em locais dinâmicos e atuantes" (VIANA et al., 2016, p. 3). Tão importante como as vantagens competitivas dadas por recursos naturais, o capital social é um elemento oriundo de

construções sociais tidas como recursos (um ativo) que permitem criar mecanismos de articulação entre atores impulsionando-os a aperfeiçoar o ambiente em que atuam, através de ações ou objetivos coletivos.

Assim, "o capital social, nesse sentido, é produtivo, já que torna possível alcançar objetivos que não seriam atingidos na sua ausência" (PASSOS; DIAS; CRUZ, 2005, p. 94), podendo ser definido como:

todo o recurso econômico (no sentido de que alavanca a produção e produtividade econômica do sistema) que resulta na interação social e que não é apropriável de forma privada. Em particular, o "capital social" alavanca a capacidade do sistema para superar as soluções perversas [...] que caracterizam uma economia mercantil competitiva, garantindo a conquista de soluções ótimas a partir de estratégias "ganha-ganha" (PAIVA, 2004, p. 42).

Moraes (2003) ensina que o conceito de capital social "procura dar mais significado à presença e à qualidade das relações sociais para o desencadeamento do processo de desenvolvimento". Estas relações sociais representam a institucionalização de acúmulos de práticas sociais culturalmente incorporadas na história das relações de grupos, comunidades ou classes sociais (CASTILHOS apud MORAES, 2003).

Entendido como um conjunto das características da organização social que conglomeram redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação, o capital social existente em nível local cria condições favoráveis para alavancagem do desenvolvimento possibilitando a elaboração de estratégias capazes de implementar ações associativas e co-participativas que resultem no benefício de toda região.

Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse. Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e de confiança (COLEMAN apud PUTNAM, 1996, p.177).

Reconhecer o capital social como um recurso que possui grande poder de intervenção territorial no sentido de favorecer o desenvolvimento deste, põe o Estado, a sociedade civil organizada ou Organizações Não-Governamentais (ONGs) na posição de agentes interventores fundamentais para o desenvolvimento regional, que por sua vez oportuniza o fortalecimento de espaços locais através da elaboração e implementação de ações estratégicas previamente definidas. Assim, o desenvolvimento regional pode ser conduzido a partir da comunidade beneficiária, que, em articulação com outros agentes, pode liderar e trilhar seu próprio caminho, podendo ser induzido através de sinergias dentro do território onde se

pretende alterar determinada realidade.

Todavia, o capital social, por si só, não é capaz de promover o desenvolvimento regional, mas representa a base para o desenvolvimento sustentável de uma região no atual contexto de competição globalizada, com previsões teóricas apontando que as nações e as regiões mais prósperas em um futuro de livre mercado serão aquelas melhor preparadas para formar cidadãos dispostos a trabalhar colaborativamente e organizadas para promover associações voluntárias entre suas instituições (FUKUYAMA,1995). Por isso, considerar o desenvolvimento regional, a partir de uma perspectiva endógena em que os fatores e características internas e capital social são levados em consideração, é uma alternativa capaz de promover a qualidade de vida, além do fortalecimento de instituições locais.

1.4 Arranjos Produtivos Locais (APLs)

Contrariando as tradicionais teorias econômicas de desenvolvimento - hegemônicas na maior parte do século XX, que, por sua vez, privilegiavam complexos e cadeias industriais de produção em massa, através de uma perspectiva de desenvolvimento exógeno, ignorando-se assim a importância da dimensão territorial, ou local, da atividade econômica -, o novo paradigma de desenvolvimento oportunizou a valorização de novas iniciativas produtivas a partir das potencialidades territoriais, colocando-as em posição central nos debates de desenvolvimento econômico ao trazer consigo um despertar para a relevância do papel destas como propulsoras dos processos de desenvolvimento a partir de localidades específicas. Nessa perspectiva, de acordo com Bandeira (apud TENÓRIO, 2007), o desenvolvimento local pode ser um processo de articulação, coordenação e inserção de empreendimentos empresariais associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, tendo como base uma dinâmica de integração socioeconômica, de reconstrução do tecido social, de geração de renda.

Uma das maneiras de viabilizar isto se dá através da organização de atores locais através de redes de relacionamento, que servem de mecanismo de compreensão da dinâmica do sistema produtivo, bem como para implantar e executar ações que compõem a estratégia de desenvolvimento local. Esta perspectiva propõe, como um dos fatores centrais para acentuação do processo de acumulação de capital e do desenvolvimento social, a organização dos sistemas produtivos locais através do uso de capital social inerente a territórios, a fim de potencializar a competitividade e a produtividade das economias locais.

A partir desta concepção, fortaleceu-se o apelo para a criação de novos espaços produtivos aglomerados no intuito de fortalecer relações comercial-produtivas capazes de contribuir para alavancar o desenvolvimento de localidades e regiões. Destarte, com intuito de

umentar a capacidade competitiva e geração de renda através de uma estratégia de promoção do desenvolvimento regional e local, passou-se a considerar com mais frequência diversas iniciativas de apoio a atividades produtivas focadas no território, fortalecendo-se o conceito de que as estratégias desenvolvimentistas deveriam centrar esforços nas relações entre empresas, aglomeradas em forma de rede, e demais instituições envolvidas em nível local. Cassiolato e Lastres (2003a, p. 2), apresentam contribuição neste sentido, ao considerarem que "o foco de análise deixa de centrar-se exclusivamente na empresa individual, e passa a incidir sobre as relações entre as empresas e entre estas e as demais instituições [públicas, sociais, políticas, até mesmo grupos informais] e dentro de um espaço geograficamente definido".

Este tratamento teórico busca demonstrar que a competitividade destas organizações passa a estar relacionada à abrangência das redes em que estão inseridas, assim como a intensidade do uso que fazem destas (CASSIOLATO; LASTRES, 2003a).

Dentre as formas encontradas para alavancagem desenvolvimentista, destaca-se abordagem em Arranjos Produtivos Locais (APLs), estabelecendo uma nova perspectiva de estímulo ao desenvolvimento econômico com viés regional, descentralizado e com foco nas vantagens competitivas regionais. Na visão de Apolinário e Silva (2010), o conceito de APL tem se destacado como uma importante estratégia para promover e orientar o desenvolvimento local/regional e gerar ocupação e renda no país, através de "vínculos expressivos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem" (BOTELHO; CAMPOS, 2009, p. 16).

Sobre APL, a Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais - RedeSist - adota uma definição amplamente difundida e adotada no Brasil, conceituando que "arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes" (CASSIOLATO; LASTRES, 2003a, p. 5). O argumento básico do conceito analítico apontado pela RedeSist, segundo Cassiolato e Lastres (2003a), é que, salvo algumas exceções, onde houver produção de qualquer bem ou serviço haverá sempre um arranjo em seu torno, envolvendo atividades e atores relacionados à sua comercialização, assim como à aquisição de matérias-primas, máquinas e demais insumos. Ainda para estes autores, "tais arranjos variarão desde aqueles mais rudimentares àqueles mais complexos e articulados" (CASSIOLATO; LASTRES, 2003a, p. 8).

Costa (2010, p. 27) vai mais além ao destacar que o termo APL se remete à:

concentração de quaisquer atividades similares ou interdependentes no

espaço não importando [...] a natureza da atividade econômica desenvolvida, podendo esta pertencer ao setor primário, secundário ou até mesmo terciário, variando desde estruturas artesanais com pequeno dinamismo, até arranjos que comportem grande divisão do trabalho.

Costa (2010, p. 126-127) apresenta conceito de Arranjo Produtivo Local mais amplo, definindo-o como:

Um espaço social, econômico e historicamente construído através de uma aglomeração de empresas [ou produtores] similares e/ou fortemente inter-relacionadas, ou interdependentes, que interagem numa escala espacial local definida e limitada através de fluxos de bens e serviços. Para isto, desenvolvem suas atividades de forma articulada por uma lógica sócio-econômica comum que aproveita as economias externas, o binômio cooperação-competição, a identidade sócio-cultural do local, a confiança mútua entre os agentes do aglomerado, as organizações ativas de apoio para a prestação de serviços, os fatores locais favoráveis (recursos naturais, recursos humanos, cultura, sistemas cognitivos, logística, infraestrutura etc.), o capital social e a capacidade de governança da comunidade.

Costa (2010) destaca ainda que esta integração social entorno de um APL se dá através de um grau de institucionalização explícito ou implícito. A existência dessas relações de interdependência não ocorrem por acaso, visto que nada mais são do que a representação de um estratégico diferencial competitivo baseado na hipótese de que "estas aglomerações possibilitam ganhos de eficiência que os agentes que as compõem não podem atingir individualmente – ou seja, que nelas está presente uma 'eficiência coletiva' que confere às aglomerações uma vantagem competitiva específica" (ERBER, 2008, p. 12).

Sobre esta estratégia de organização coletiva, é importante dizer que os APLs podem ser criados através de políticas voltadas a este fim ou podem surgir espontaneamente, o que é mais frequente de ocorrer (ERBER, 2008). Contudo, independente do modo em que o APL se estabelece no território, faz-se necessário implementar políticas públicas eficazes, capazes de resultar em externalidades positivas. Para este fim, o que se espera de uma política para APLs é que:

- esta valorize o tecido socioprodutivo existente, visível ou não a partir dos indicadores convencionais e indique pontos fortes e potencialidades de desenvolvimento endógeno;
- que articule e mobilize os agentes econômicos, políticos e sociais envolvendo-os e estimulando-os para a cooperação/aprendizado/ inovação, a partir dos seus conhecimentos e competências, uma vez que estes são os protagonistas de qualquer processo de mudança estrutural dentro do arranjo;
- que inclua a variedade de agentes econômicos diretamente envolvidos com a atividade produtiva, a exemplos dos fornecedores, dos comercializadores; e, ao mesmo tempo, beneficie as localidades que os acolhe. (APOLINÁRIO; SILVA, 2010, p. 39).

Apolinário e Silva (2010, p. 46) acreditam que "o enfoque em APLs não é o único,

mas é um importante aliado na busca pela diminuição das disparidades inter e intrarregionais; para a geração de ocupação e renda; para a interiorização do desenvolvimento; e para a dinamização das regiões estagnadas". Além disso, alertam ao fato de que, em um APL, a mera existência de agentes econômicos por si só não garante a geração de vantagens competitivas, pois o que conduz esse processo é o nível de cooperação e interação entre os mesmos, visto que tais vantagens advêm do estabelecimento de ações conjuntas, capazes de gerar um esforço de aprendizado local, permitindo que o fluxo de informações, troca de experiências e reprodução de conhecimentos possa conduzir a eficiência coletiva do arranjo (APOLINÁRIO; SILVA, 2010b).

Segundo a Redesist, as principais vantagens do foco em arranjos produtivos e locais são:

- representar uma unidade prática de investigação que vai além da tradicional visão baseada na organização individual (empresa), setor ou cadeia produtiva, permitindo estabelecer uma ponte entre o território e as atividades econômicas, as quais também não se restringem aos cortes clássicos espaciais como os níveis municipais e de micro-região;
- focalizar um grupo de diferentes agentes (empresas e organizações de P&D, educação, treinamento, promoção, financiamento, etc.) e atividades conexas que usualmente caracterizam qualquer sistema produtivo e inovativo local;
- cobrir o espaço que simboliza o locus real, onde ocorre o aprendizado, são criadas as capacitações produtivas e inovativas e fluem os conhecimentos tácitos;
- representar um importante desdobramento da implementação das políticas de desenvolvimento industrial, particularmente daqueles que visem estimular os processos de aprendizado, inovação e criação de capacitações. Neste caso, deve-se enfatizar a relevância da participação de agentes locais e de atores coletivos e da importância da coerência e coordenação regionais e nacionais (CASSIOLATO; LASTRES, 2003a, p.7-8).

Como já exposto anteriormente, a política de APL deve ser tratada como um formato potencializador de iniciativas capazes de promover o crescimento socioeconômico de agentes coletivos, que atuam aglomerados em determinado espaço. Ressalta-se que todos os atores envolvidos possuem este encargo, com destaque para a atuação imprescindível do poder público na função de agente fundamental para a consolidação do processo na figura de responsável pela proposição de políticas e articulação dos envolvidos.

Para o desenvolvimento de APLs, a atuação governamental, possui diversas funções, dentre as quais, destaca-se: a promoção de infraestrutura que suporte o crescimento dos APLs; apoio ao ensino e treinamento de mão de obra; e apoio a atividades e centros de pesquisa e desenvolvimento (MDIC; FIESP/DECOMTEC apud MATOS; DIAS, 2013). O exercício destas funções deve se dar de modo abrangente, envolvendo todos os interessados no arranjo

(principalmente a comunidade diretamente envolvida) afim de se formar o capital social forte e necessário para o alcance de diferencial competitivo, com base na originalidade intrínseca do local.

A partir do conceito de APL, para Fuini (2014) a governança ganha destaque por possuir elementos essenciais para o surgimento, manutenção e sucesso econômico, proporcionando a capacidade de reação coletiva às ameaças e oportunidades devido ao planejamento de ações, garantindo assim o entrosamento necessário para a sustentabilidade do arranjo.

1.5 Governança no contexto do Desenvolvimento Local Endógeno

Os padrões tradicionais de desenvolvimento descritos até aqui, atrelados a modelos de gestão pública ultrapassados (como o patrimonialista e burocrático), sob alguns aspectos, comprometeram nas últimas décadas a capacidade do Estado de implementar políticas públicas que resultassem no atendimento dos interesses da sociedade.

Em consequência disso e ao profundo processo de reestruturação econômica "que produziu mudanças nas estruturas políticas e sociais voltadas ao desenvolvimento econômico local e regional" (FUINI, 2014, p. 58), começaram a emergir em nível global diversas correntes de pensamentos alinhadas a valores e princípios contemporâneos, como forma de contrapor modelos de gestão obsoletos, indo ao encontro das reais necessidades sociais, na perspectiva de que "o Estado passasse a estar mais próximo dos cidadãos, viabilizando a participação direta e, conseqüentemente, a construção compartilhada do futuro" (RÉUS, 2012, p. 80).

Nesse contexto, de acordo com Fuini (2014), em diversos países do mundo, inclusive no Brasil, emergiram processos de descentralização político-administrativos que transferiram às autoridades regionais e municipais algum poder de decisão e de implementação de políticas de investimentos e de apoio técnico e operacional a atividades econômicas e sociais. Nesta conjuntura, considerando a esfera local e as áreas de intervenção, conforme afirma Réus (2012), a esfera municipal passou a ter um novo papel de agente de desenvolvimento local, desenvolvimento este que abarca um sistema de governança, que descreve um processo político no qual o poder já não está concentrado numa poderosa máquina governamental central, residindo, em vez disso, num amplo leque de instituições, em grupos do setor econômico e privado, bem como na sociedade civil, implicando na agregação de novos atores do setor público não governamental e do setor privado.

Com este fim, a ideia do desenvolvimento endógeno moderno emerge, segundo Amaral Filho (1996), baseada na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das

estruturas internas visando sempre a consolidação de um desenvolvimento originalmente local, criando condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas, dentro da perspectiva de uma economia aberta.

Neste cenário, a discussão sobre governança ganhou destaque de modo que este termo, apontado na década de 1980 nos relatórios do Banco Mundial como "sinônimo de bom governo" (MATOS; DIAS, 2013, p. 23), após incorporar outras variáveis, aponta para um novo modo de governar caracterizado pelo:

[...] maior grau de interação e de cooperação entre o Estado e atores não estatais que constituem redes de decisão conjuntas [...]. Assim o processo de formulação e implantação de políticas públicas deve ocorrer através da cooperação inter e intrainstitucional, e entre os atores públicos e privados, numa estrutura de redes e não mais de autoridade hierárquica (CAMPOS apud MATOS; DIAS, 2013).

Mesmo que Gonçalves (2006) afirme que o termo governança tem aplicação em variados campos e possui sentidos diferentes, inúmeros estudiosos no assunto, ao abordarem o tema, apresentam conceitos convergentes sobre o mesmo, quando trazem à baila a aplicação do termo de forma qualitativa, coadunando com o entendimento que:

A governança é determinada pela descentralização da autoridade e das funções ligadas ao ato de governar, bem como pela parceria ou ação conjunta entre o público e o privado, o Estado e a sociedade civil ou governantes e governados, através do estabelecimento de ações conjuntas de redes organizadas, gestão das interações, sistemas de regulação, mecanismos de coordenação e negociação entre atores sociais, visando uma solução inovadora dos problemas comuns, criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes (CASSIOLATO; LASTRES, 2003b; LOFFER, 2001 apud KISSLER; HEIDEMANN, 2006; GONÇALVES, 2006)

Diante das definições postas até aqui, compreende-se que só existe governança quando há gestão descentralizada ou compartilhada dos processos decisórios, com participação de diversos agentes - atores sociais, organizações públicas e privadas, redes de cooperação formais e informais e o sistema institucional construído por estas - com capacidade de articularem-se em rede, viabilizando estratégias de desenvolvimento orientadas para resultados, de forma colaborativa, no intuito de criar bases sólidas que possibilitem a geração de valor para o desenvolvimento de todos os envolvidos. Isto posto, cabe ratificar o entendimento mencionando Gonçalves (2006) ao defender que "o surgimento dos atores não-estatais é central para o desenvolvimento da ideia e da prática da governança".

Segundo Tapia (2005), a reprodução dos modelos de desenvolvimento local dependem de estruturas de governança resultantes da ação coletiva de um sistema de atores que interagem dentro de um contexto espacial, institucional, político e cultural específico. Por

isso, é preciso compreender que tais estruturas pertencem a um processo complexo que depende de diferentes níveis de cooperação (FUINI, 2014). Este entendimento pode ser consolidado através da contribuição de Justen et al. (2015) ao apontarem que a estrutura de governança é

"moldada pelos atores que se inserem em determinado sistema produtivo, de forma que estes, ao estabelecerem laços de interação, criem mecanismos de coordenação e controle em um ambiente propício à participação, cooperação, identificação de problemas comuns e solução de problemas para que possa ser alcançado o sucesso de determinada atividade produtiva".

No contexto do desenvolvimento local, ao analisarmos a governança como um conjunto de "padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e pelas fronteiras do sistema econômico" (SANTOS, 1996, p. 9), é essencial compreender que estes agentes interagem entre si, formando vínculos de confiança, trabalho, comércio, entre outros. Essa interação é definida por Ckagnazaroff (2009, p. 27) como "um padrão ou estrutura que emerge em um determinado sistema político-social como o resultado comum de intervenções de todos os atores envolvidos/interessados".

Por esta razão, segundo Fuini (2014), os Arranjos Produtivos Locais são exemplos de governança voltados ao desenvolvimento territorial local no Brasil, devido ao fato de designarem, em sentido geral, concentrações de agentes que interagem entre si através de uma estrutura de relações onde, de acordo com Cassiolato e Lastres (2003b), a governança refere-se às diversas formas pelas quais indivíduos e organizações (públicas e privadas) gerenciam seus problemas comuns, acomodando interesses conflitantes ou diferenciados e realizando ações cooperativas, abrangendo instituições e regimes formais e também sistemas informais.

Por este motivo, a conjuntura institucional de um APL faz referência à estruturação existente no mesmo, levando em consideração a atuação e articulação dos agentes ou entidades no exercício de seus propósitos, ponderando suas capacidades políticas, econômicas e sociais, além dos recursos disponíveis.

Ainda sobre governança em APLs, Fuini (2014) traz uma importante contribuição ao afirmar que,

além da articulação entre os agentes, deve haver um ambiente no qual a intensificação das relações promova a melhoria da competitividade para todo o conjunto do Arranjo. Assim, à medida que as ações tornam-se mais coletivizadas, aumenta a necessidade de coordenação dessas ações buscando a viabilização de interesses comuns.

Além do mais, "a interação local e a cooperação são requisitos primordiais para o aprendizado e a inovação, bem como para que as empresas e demais instituições participantes melhorem seu desempenho e reforcem o desenvolvimento local" (DALLA VECCHIA, 2008, p. 35). Logo, ao buscar o desenvolvimento local através da interação e cooperação, refere-se à Governança, que para Redesist (1997 apud, DALLA VECCHIA, 2008, p. 35-36), é um dos componentes de um APL, tendo em conta que esta diz respeito aos diferentes modos de coordenação, intervenção e participação, nos processos de decisão e às diversas atividades que envolvem a organização dos fluxos de produção e comercialização, assim como o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos.

Para Vilpoux e Oliveira (2010), o APL pode ser definido pelo território que ocupa e pela rede de relações que existe entre os seus membros, caracterizado como um sistema de governança, que permite o relacionamento entre os diferentes atores do setor produtivo e entre os atores do setor produtivo e as organizações de apoio. Porém, ressalta-se que:

A questão da governança em APLs só se coloca quando os agentes locais procuram ir além do aproveitamento das vantagens competitivas locais decorrentes de economias externas de aglomeração e tentam tomar iniciativas coletivas ou desenvolver ações conjuntas, estreitando suas interdependências no sentido de alcançar a eficiência coletiva (SCHMITZ; NADVI apud SUZIGAN et al., 2007).

Cabe alertar que, com raras exceções, o território é um ambiente competitivo, no qual "há sujeitos com distintos graus de poder e com projetos territoriais diversos e muitas vezes antagônicos" (COSTA, 2010, p. 27). Estas adversidades, além de outros fatores, certamente, influenciam na configuração de estrutural, visto que esta resulta da interação dos agentes atuantes no APL através do estabelecimento de parcerias e alianças, mesmo que não tão sólidas.

Pelos motivos expostos, ao considerarmos que o relacionamento entre os agentes envolvidos no processo produtivo é de fundamental importância para o desenvolvimento local, devido ao fato destes serem considerados essenciais para a competitividade e sustentabilidade econômica, a governança pode ser interpretada como a arte de mobilizar e coordenar ações coletivas, de modo a dinamizar potencialidades intrínsecas que possuem atributos capazes de consolidar e fortalecer o APL.

1.5.1 As categorias de análise de Pettigrew (1987)

Os fatores que potencializam a governança são construídos e estabelecidos ao longo do tempo, sendo resultante de uma trajetória social, política e cultural de um local definida

através de códigos, condutas, formas de comunicação, articulação e cooperação exercidos por diversos agentes. Assim sendo, para que se defina com mais consistência e maior riqueza de detalhes a estrutura de governança existente em um APL, faz-se necessário analisar, historicamente, ações e processos que estrategicamente contribuíram para o surgimento e consolidação do Arranjo.

Na intenção de compreender processos estratégicos de mudança e bem como seus resultados, as categorias de análise propostas por Pettigrew (1987) podem ser perfeitamente aplicadas no intuito de analisar as fases que impulsionaram o município de Igarapé-Miri a obter significativa mudança socioeconômica a partir da implementação estratégica de desenvolvimento local, apostando no investimento da cultura produtiva do açaí e, de certo modo, entender como a governança existente no APL do açaí foi construída ou está estabelecida.

Para Pettigrew (1987), a formulação do conteúdo de qualquer nova estratégia implica, inevitavelmente, em gerir o contexto e processo em que a mesma será implementada; ou seja, a compreensão apropriada acerca de profundas mudanças resultantes de iniciativas estratégicas requer a abordagem a partir de três dimensões: o *contexto* da mudança, o *processo* da mudança e o *conteúdo* da mudança. Além disso, Pettigrew (1987) recomenda que, ao caracterizar mudanças a partir de organizações, na análise de contexto, deve-se observar os ambientes interno e externo. Assim, as categorias a serem adotadas em pesquisas devem compreender quatro modos de análise: *contextos interno e externo*, *processo* e *conteúdo*:

- O *contexto externo* refere-se ao contexto social, econômico, político e competitivo ambiente em que a empresa atua;
- O *contexto interno* refere-se ao estrutura organizacional, cultura corporativa e contexto político dentro da firma;
- O *processo* de mudança refere-se às ações, reações e interações das diversas partes interessadas; e
- O *conteúdo* refere-se às áreas específicas de transformação sob exame.

Através da análise das quatro dimensões apresentadas pode-se realizar o levantamento de ações ou eventos críticos, buscando compreender "*O quê?*", "*Por quê?*" e "*Como?*" determinadas transformações ocorreram (XAVIER et al., 2014). Segundo Pettigrew (1987), o "o que" da mudança é encapsulado sob o conteúdo do rótulo, muito do "porquê" da mudança é derivado de uma análise do contexto interno e externo, e o "como" da mudança pode ser entendido a partir uma análise do processo.

O método proposto por Pettigrew (1987) pode ser sinteticamente representado, a baixo, na Tabela 1:

Tabela 1 - Categorias de Análise de Pettigrew (1987)

ETAPAS DE ANÁLISE	O QUE ANALISA	FAZ COMPREENDER
Contexto externo	O ambiente externo	Por quê mudou
Contexto interno	O ambiente interno	Por quê mudou
Processo	Relações das partes interessadas	Como ocorreu a mudança
Conteúdo	O objeto que sofreu a mudança	O quê mudou

Fonte: O Autor

Assim, o termo “estrutura de governança”, além de representar as relações de poder ou cooperação ao longo das cadeias de produção e distribuição de mercadorias (CAMPOS e CALLEFI, 2009), pode ser utilizado para identificar os diferentes arranjos contratuais que dão a base institucional para relações econômicas, [políticas e sociais] (CARIO; NICOOLAU, 2012).

Por isso, conhecer fatores organizacionais, institucionais, políticos, culturais, sociais e econômicos que contribuem para definir a governança de aglomerados produtivos - a partir determinação da dinâmica destes, condicionando a participação dos agentes e o desempenho da atividade produtiva - é de suma importância para avaliar a contribuição dos mesmos para o desenvolvimento local, bem como avaliar possíveis soluções visando promover a mesma finalidade. Por isso, este objeto de estudo propõe adotar o método proposto por Pettigrew (1987) como forma de demonstrar a relevância em descrever as bases que contribuíram para definir ao longo do tempo a governança que possibilitou o surgimento do Arranjo Produtivo Local do açaí no município de Igarapé-Miri, identificando a dinâmica do sistema econômico, político e social em torno do Arranjo, para que através de diagnósticos precisos seja possível gerar um lastro que contribua para analisar a estrutura de governança atual do Arranjo.

1.5.2 Tipos de Governança segundo Colletis et al. (1999)

Campos et al. (2009 apud, JUSTEN et al., 2015) apontam que nas atividades produtivas, a estrutura de governança é representada pelas forças organizacionais e institucionais que condicionam o comportamento dos agentes no Arranjo Produtivo em nível local. Essas forças dependem de uma série de fatores que caracterizam cada APL, pois, segundo as contribuições de Suzigan, Garcia e Furtado (2007),

a existência de uma estrutura de governança e a forma que ela pode assumir vai depender de um conjunto de fatores, como: número e porte de empresas; produto ou atividade econômica; organização da produção; modo de inserção mercadológica das empresas; existência de empresas [ou outros agentes] que dominem capacitações e ativos

estratégicos de natureza tecnológica, comercial, produtiva ou financeira; presença de instituições locais com representatividade política, econômica e social; e o contexto social-cultural e político local.

Em consonância com esta linha teórica, Fuini (2014) ressalta que alguns estudos específicos destacam que o desenvolvimento e a própria sobrevivência de APLs dependem do tipo de comando e coordenação entre agentes que direcionam as relações produtivas e não produtivas que alimentam o Arranjo. Por esta razão, é de extrema relevância compreender como a governança entre os agentes de um APL está caracterizada para que seja possível identificar pontos fortes e fracos, inconsistências e qualidades, ou analisar possibilidades de melhorias que possam colaborar para a sustentabilidade do Arranjo.

A caracterização da governança pode ser observada através de algumas considerações teórico-metodológicas realizadas por diversos autores que se dedicaram a estudar a definição desta através da análise de suas bases estruturais definidas pelo modo de atuação e articulação dos agentes. Nesse sentido, as contribuições de Colletis, et al. (1999) podem ser facilmente aplicadas em Arranjos Produtivos Locais, visto que estes apontam que a partir da articulação dos atores-chave com os mecanismos regulatórios globais, forma-se uma dinâmica territorial que se traduz na natureza da governança local, permitindo propor caracterizações mais precisas das estruturas instituídas no APL.

Colletis, et al. (1999) apresentam quatro tipos de governança observados através do caráter público ou privado, dos objetivos atribuídos e dos modos como os atores se apropriam dos recursos territoriais assim produzidos. Os tipos de governança são: privada, privada coletiva, pública e mista; e podem servir de base conceitual para fins de análise da estrutura de governança em APLs, desde que sejam feitas complementações conceituais no sentido de adaptar esta proposta ao objeto de estudo pesquisado.

1.5.2.1 Governança Privada

Na Governança Privada, para Colletis, et al. (1999), os atores privados dominantes dirigem e pilotam mecanismos de coordenação e criação de recursos com vistas à propriedade privada. Para estes, é o caso da força motriz, por exemplo, o estabelecimento de um grande grupo, que estrutura o espaço produtivo local. Portanto, há Governança Privada quando grandes empresas, com elevada capacidade produtiva e poder econômico - o que as colocam em posição de destaque -, podem influenciar a atuação de outros agentes atuantes no Arranjo, como o poder público, fornecedores, agências de fomento, concorrentes e etc.

Neste modelo de governança, podem existir agentes com grande poderio econômico,

que não necessariamente produzem bens, mas que atuam ativamente no Arranjo, também possuem a capacidade de influenciar na condução deste, sobretudo no que concerne às relações mercadológicas de compra e venda de bens e serviços.

1.5.2.2 Governança Privada Coletiva

Nos casos em que há governança privada coletiva, de acordo com Colletis, et al. (1999), o ator-chave é uma instituição formal que reúne e representa operadores privados e implementa uma coordenação de suas estratégias, como é o caso das Câmaras de Comércio, sindicatos profissionais e qualquer forma de clube agrupamento de operadores privados. Este modo de governança pode ser exemplificado por Suzigan, Garcia e Furtado (2007), ao destacarem o papel das associações de classe e de agências locais privadas de desenvolvimento, devido ao fato destas atuarem como elementos catalisadores do processo de desenvolvimento local por meio de ações de fomento à competitividade e de promoção de um conjunto das empresas.

É interessante trazer à baila a abordagem apresentada por Benko (2004), em que este parte do princípio que cada a governança pode ser caracterizada através da coordenação exercida por associações profissionais, criadas para a promoção de interesses funcionais de natureza profissional, destacando associação de empreendedores, de profissões liberais e sindicatos. Tendo como parâmetro Benko (2004), a governança privada coletiva se dá quando há negociação entre diferentes grupos de interesse, que podem, às vezes, desempenhar o papel de “governo privado”, suscetível de fornecer bens grupais, negociando acordos coletivos e fornecendo bens e serviços particulares a seus membros.

1.5.2.3 Governança Pública

Ao conceituarem governança pública, Colletis, et al. (1999), entendem que:

as instituições públicas têm modos de gestão de recursos que diferem da propriedade privada, particularmente através da produção de bens ou serviços coletivos, portanto, por definição, utilizáveis por todos os atores, sem rivalidade e exclusão de uso. É principalmente o Estado, autoridades locais e todas as formas de inter-colectividades.

A partir deste ponto de vista, para Dias e Cario (2014) concepção de Governança Pública apresenta-se, por meio da complementaridade, como uma alternativa para a ideia de desenvolvimento coproduzido, defendendo a ideia de que Administração Pública inclua a sociedade civil e as comunidades locais no processo de construção e implementação das políticas públicas, fortalecendo democraticamente as relações entre Estado e sociedade.

Essa perspectiva de Governança Pública é construída através de um processo dinâmico no qual as atividades de um governo são pensadas e realizadas entendendo que as demandas sociais não são uma responsabilidade isolada do Estado, do mercado ou da sociedade civil. Nesse sentido, Dias e Cario (2014) defendem que o Estado estabeleça e coordene as prioridades dos vários atores locais para a consecução de objetivos coletivos, através de um sistema político que considere a necessidade de se relacionar com os diferentes agentes - mercado e sociedade civil - na construção e implementação das políticas públicas.

De modo não tão distinto, para Martins e Marini (2014) a efetiva governança pública se dá quando há capacidade de implementar políticas e governar em rede, de forma colaborativa, orientado para resultados, integrando governo e atores sociais na condução de políticas públicas, negociando e harmonizando interesses. Para estes, "Governança pública propõe uma nova síntese, uma tentativa de enxergar o governo como um processo amplo, plural e complexo da sociedade, buscando integrar política e administração, gestão e políticas públicas" (MARTINS; MARINI, 2014, p. 43).

Assim, o conceito de governança pública apontado por Martins e Marini (2014), considera esta como "um processo de geração de valor público a partir de determinadas capacidades e qualidades institucionais; da colaboração entre agentes públicos e privados na coprodução de serviços, políticas e bens públicos e da melhoria do desempenho".

1.5.2.4 Governança Mista

Para Colletis, et al. (1999), poucas são situações puras de um determinado tipo de governança. O que encontra-se na maioria das vezes é uma combinação dessas formas diferentes, mas com uma dominante, o que permite caracterizar cada território como um caso especial que se enquadra numa categoria geral (bastante público ou um pouco privado) com uma dosagem específica e variável.

Portanto, percebe-se que se houver no mesmo Arranjo Produtivo mais de um dos tipos de governança descritos até aqui, esta poderá ser definida como mista, o que poderá ser definido através da associação e harmonização de interesses individuais e coletivos, privados e públicos, capazes de gerar vários formatos de acordo com a dinâmica produtiva estabelecida no território, criando bases de coordenação das relações entre os agentes no APL.

A tabela 2 apresenta a baixo, sinteticamente, os estilos de governança propostos por Colletis, et al. (1999):

Tabela 2 - Estilos de Governança

TIPOS	DEFINIÇÃO
Governança privada	Ocorre quando um ator ou grupo privado domina e coordena os recursos de acordo com seu objetivo.
Governança privada-coletiva	Ocorre quando um conjunto de atores privados, representados por uma instituição formal, coordenam suas estratégias para alcance de objetivos comuns a estes.
Governança pública	Ocorre quando instituições públicas produzem bens ou de serviços coletivos, a serem usufruídos por todos os atores, indiscriminadamente.
Governança mista	Ocorre quando há a associação dos demais tipos de governança, mas com uma dominante.

Fonte: Adaptado de Colletis, et al. (1999)

Os possíveis formatos da governança apontados por Colletis, et al. (1999) são definidos pelo modo como os agentes atuam no APL, configurando a dinâmica deste. A partir desta teoria, conclui-se que o tipo de governança depende fundamentalmente de dois fatores: atuação governamental, através de implementação de políticas públicas interessantes para todos os agentes; e as estratégias mercadológicas dos agentes econômicos no Arranjo. Esta conclusão fundamenta-se a partir do entendimento de que a governança pública nada mais é do que um reflexo de efetiva e significativa atuação do poder público no APL ao ponto de, através de suas próprias ações, condicionar o comportamento dos demais agentes atuantes no arranjo, seja através de obras, incentivos fiscais, leis e etc. Por outro lado, as governanças privada e privada-coletiva demonstram como organizações provadas, individualmente ou em conjunto, utilizam estrategicamente seus recursos (ativos) para obter vantagem em suas transações comerciais sobre os demais agente.

1.6 Procedimentos Metodológicos

O campo da pesquisa científica é um ambiente onde se constrói conhecimentos e se aprimora práticas capazes de levar-nos à compreensão e interpretação de fenômenos que, conseqüentemente, proporcionam a criação de bases para transformação de situações ou problemas existentes e, para isso, é necessário compreender e por em prática métodos adequados de pesquisa objetivando encontrar a melhor maneira de averiguação. Neste intuito, o foco desta pesquisa foi voltado para a área das ciências sociais aplicadas, onde, de forma mais precisa, foram abordados fenômenos políticos, administrativos, econômicos e sociais, o que exigiu maior critério para definição do caminho metodológico percorrido, que por seu lado foi composto de processos e fases de investigação visando atingir o objetivo proposto de descrever a estrutura que define a governança no Arranjo Produtivo Local do açaí no município de Igarapé-Miri.

Para responder à situação problema, nesta peça dissertativa, buscou-se selecionar um modo adequado de investigação dos fenômenos sócias e econômicos existentes no ambiente pesquisado. Nesse sentido, quanto aos objetivos, esta pesquisa foi de natureza exploratória e descritiva.

O modo de pesquisa exploratório justifica-se pela necessidade de obter-se maior familiaridade com o problema em tela, com vistas a torná-lo mais explícito, objetivando a descoberta de intuições (GIL, 2002); por isso, nesta dissertação, o caráter exploratório se deu através de pesquisas bibliográficas que possibilitaram o aprofundamento do conhecimento relacionado, principalmente, ao desenvolvimento local e governança em arranjos produtivos locais, o que contribuiu para auxiliar no alcance do objetivo geral deste estudo. Já a adoção do método descritivo deve-se à classificação mencionada por Bacal (1994), considerando o objetivo principal de descrever características de determinada população ou fenômeno através do levantamento de opiniões, atitudes e crenças. Para este fim, a pesquisa descreveu e analisou as principais características, fatos, atitudes e relações de agentes que atuam no APL, mais precisamente de organizações públicas e privadas - com ou sem fins lucrativos, organizações sociais, instituições representantes de classe e agentes econômicos individuais, de maneira a demonstrar com mais clareza os fenômenos relacionados com a situação-problema.

Quanto à abordagem, a pesquisa foi definida como qualitativa, haja vista que envolveu a obtenção de dados descritivos, dando ênfase ao processo, preocupando-se em relatar a percepção dos participantes, além de analisar e interpretar aspectos mais profundos, implícitos, descrevendo a complexidade do comportamento humano, fornecendo análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc. (MARCONI e LAKATOS, 2007). Marconi e Lakatos (2007) ponderam, ainda, que a metodologia qualitativa tradicionalmente se identifica com o levantamento aprofundado de determinado caso ou grupo humano, onde a investigação procura entender o significado do sistema próprio dos entrevistados. Por isso, a adoção do método qualitativo para tratamento dos dados se deu por acreditar-se que a demonstração das relações, modo de atuação, interação e articulação entre os agentes atuantes no APL do açaí miriense, bem como a dinâmica sociopolítica e econômica deste, pôde ser melhor demonstrada através da interpretação de informações subjetivas extraídas de fontes de que vivenciam a dinâmica do Arranjo, possibilitando conhecer com maior riqueza de detalhes e profundidade a realidade local.

Por isso, esta abordagem direcionou a adoção da aplicação de entrevistas e pesquisa

bibliográfica como técnicas de coleta de dados primários e secundários, respectivamente, por entendermos que esses dois tipos de fontes de informação se complementam, proporcionando mais consistência à análise dos dados.

Os dados primários foram coletados, primeiramente, através de dois questionários compostos por perguntas estruturadas. Os primeiros instrumentos de pesquisa foram voltados para: identificar e caracterizar os principais agentes atuantes no APL e as inter-relações destes; e analisar as etapas que levaram ao surgimento do APL do açaí em Igarapé-Miri e a estrutura de governança exercida (ver apêndices A e B, respectivamente). A aplicação dos questionários se deu através de entrevistas abertas, respondidas pessoalmente por três agentes (Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR; Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri - CODEMI; e Senhor Roberto Pina, ex-prefeito do município e produtor rural).

Para identificar e caracterizar os principais agentes atuantes no APL e o modo como os mesmos se inter-relacionam, os dados coletados foram simplesmente descritos no trabalho, somados as informações obtidas através de fontes secundárias. De modo diferente, as etapas que induziram o surgimento do APL do açaí em Igarapé-Miri, e a estrutura de governança praticada, foram analisadas com o auxílio do método proposto por Pettigrew (1987), visto que as categorias de análise apresentadas por este teórico permitiram organizar o processo de mudança em etapas, proporcionando melhor compreensão dos fatos que motivaram a transformação no município analisado, bem como as consequências das ações e práticas de governança exercidas.

Já o terceiro questionário buscou dados que possibilitassem analisar a estrutura que define o tipo de governança existente atualmente no Arranjo (ver apêndice C) e foi aplicado através de entrevistas contendo perguntas semi-abertas, direcionadas a representações públicas e privadas atuantes diretamente no APL do açaí no município de Igarapé-Miri, totalizando o número de cinco, cito: Prefeitura Municipal, representada pelo Departamento de Agricultura; STR; CODEMI; Indústria Açaí Miriense; e o Senhor Roberto Pina. Os questionamentos constantes neste instrumento foram elaborados de acordo com o referencial teórico deste trabalho, buscando extrair dos respondentes dados que permitissem analisar os diversos elementos que compõem e definem a governança no APL, conforme sintetizado na tabela 3, abaixo.

Tabela 3 - Dimensões de governança

GOVERNANÇA	ESTRUTURA	DIMENSÃO	AUTORES	OBJETOS DE ANÁLISE
		Interação	Pettigrew (1987), Cassiolato e Lastres (2003b), Kissler e Heidemann (2006), Gonçalves (2006)	Articulação entre agentes: públicos, privados, públicos e privados; Participação de agentes públicos no APL; Contribuição dos representantes de classes
	Cooperação	Santos (1996), Cassiolato e Lastres (2003b), Vecchia (2008), Matos e Dias (2013), Ckagnazaroff (2009)	Cooperação entre agentes no APL; O desempenho de associações e cooperativas; Relações de confiança entre agentes; Decisões conjuntas entre Estado e demais agentes	
	TIPO	Mercado	Suzigan, Garcia e Furtado (2007), Benko (2004), Colletis et al. (1999)	Competitividade de produtos; Nível de influência de agente(s) sobre outros; Participação ou influência pública no mercado
		Políticas Públicas	Martins e Marini (2014), Dias e Cario (2014), Colletis et al. (1999)	Políticas públicas voltadas para o APL; Atenção pública às necessidades do APL; capacitação de mão-de-obra; Processo de formulação e implantação de políticas públicas

Fonte: O autor

Os dados coletados no apêndice C foram analisados através da técnica de Análise de Conteúdo, descrita por Bardin (1977, p. 38) como "conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens". Ou seja, este método visou a manipulação de mensagens em busca de seus significados para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre a realidade que não a da mensagem. Segundo Godoy (1995), a análise de conteúdo, no ponto de vista de Bardin (1977), consiste em uma técnica metodológica que permite ao pesquisador compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens consideradas, onde o esforço do analista é duplo: entender o sentido da comunicação e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira.

Portanto, o conteúdo coletado foi analisado através da decodificação qualitativa dos dados coletados nas entrevistas, com descrições fundadas em textos, objetivando demonstrar a realidade do objeto de estudo, mais precisamente a dinâmica e a complexidade econômica, política e social existente no Arranjo, responsável por definir as relações contratuais, de confiança e de articulação político-social existentes entre os agentes, bem como a maneira como os mesmos se articulam no APL a fim de atingir seus objetivos, definindo assim a governança. Este processo foi realizado em fases, mais precisamente em três - *pré-análise*;

exploração do material; e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação -, conforme preconizado por Bardin (1977).

Na *pré-análise*, foi realizada leitura flutuante e audição das informações coletadas a fim de conhecer gradativamente, com minúcia de detalhes, o conteúdo das mensagens gravadas nas entrevistas; em seguida, as respostas dos questionários foram transcritos em fichas.

Na *exploração do material*, as categorias definidas foram construídas a partir da ênfase em palavras e sentidos mais frequentes nas entrevistas, identificadas com o auxílio do software "Nvivo Starter Sample Project". A partir delas, foi realizada a comparação de enunciados e repetições de termos, temas e frases nas transcrições das respostas dos entrevistados para, em seguida, destacá-las e separá-las para posterior análise temática e de significância. As expressões destacadas foram agrupadas em Unidades de Contexto, também denominadas de sub-categorias, imperativas para a categorização dos resultados da pesquisa de modo alinhado com embasamento teórico referendado para definição da estrutura e tipo de governança no Arranjo Produtivo estudado. Assim, as categorias definidas foram *Atuação Pública*, que por sua vez foi repartida nas sub-categorias *Ações* e *Programas*, e *Articulação entre Agentes*, dividida nas sub-categorias *Confiança*, *Cooperação* e *Interação*, conforme tabela 4 a baixo.

Tabela 4 - Categorias de análise

Unid. de contexto	Conceito norteador	Sub-categorias	Categorias	Unid. de registro
Infraestrutura do APL	Evidencia o investimento público em infraestrutura no Arranjo	Ações	Atuação Pública	A atuação pública no APL deve ser percebida a partir da implementação de programas e ações
Co-participação	Remete à participação dos demais agentes no processo de criação de políticas ou planejamento de ações			
Programa de Desenvolvimento	Evidencia a existência de projetos ou planos de desenvolvimento	Programas		
Confiança entre agentes	Denota comportamentos e ações de confiabilidade através de acordos, contratos e transações comerciais	Confiança	Articulação entre Agentes	A forma como os agentes se articulam no APL dependerá do nível de confiança, cooperação e interação dos mesmos
Cooperação entre agentes	Observa ajuda mútua, ações e vantagens coletivas	Cooperação		
Relacionamentos entre agentes	Evidencia a forma como se dão os relacionamentos políticos, sociais e comerciais	Interação		

Fonte: O Autor

Na última etapa de investigação foi cumprida a tarefa de *tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação* das mensagens, momento em que foi colocada em prática a análise dos dados propriamente dita, o que permitiu conhecer de forma mais clara e detalhada as informações necessárias para o alcance o objetivo principal deste trabalho dissertativo.

Nesta fase da análise de conteúdo, foram realizados o tratamento dos dados (comunicação verbal e não verbal) coletados nas entrevistas, abrangendo a codificação e inferência das respostas com base nos fundamentos teóricos considerados e interpretação dos dados, momento em que recorreu-se ao referencial teórico em busca de embasamento das análises para dar sentido à interpretação com o objetivo de identificar a existência (ou não) de variáveis ou elementos essencialmente relevantes para a definição da estrutura e tipo de governança existente no APL do açaí em Igarapé-Miri.

Salienta-se que os entrevistados foram selecionados intencionalmente por considerar-se que a opinião de agentes que atuam em áreas distintas (econômica, política e social) contribui para a obtenção de dados fidedignos e imparcialidade dos resultados conclusivos. Além disso, ressalta-se que, quando conveniente, foi utilizado o recurso de aplicação de perguntas não estruturadas a fim de esclarecer algo ou eliminar omissões dos respondentes.

A pesquisa bibliográfica permitiu contato com publicações existentes relacionadas à situação-problema, oportunizando o diálogo com teóricos, relacionando a aprendizagem ao contexto do objeto analisado, demarcando a trajetória da absorção de conhecimentos através de contribuições originais e de referência acadêmica. Os dados secundários foram adquiridos através de pesquisa em: estudos acadêmicos que abordam a mesma problemática ou fazem referência ao mesmo objeto de estudo abordado; planos de desenvolvimento regionais e locais voltados para a cultura do açaí; e índices sociais e econômicos. As informações coletadas possibilitaram, também, analisar historicamente as etapas que levaram ao surgimento do APL do açaí em Igarapé-Miri e, também, as inter-relações entre os agentes.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA

Desde o período colonial, o alicerce econômico do território onde hoje está situado o Estado do Pará sempre esteve relacionado às atividades extrativistas dos abundantes recursos aquático-florestais típicos da região amazônica - território caracterizado, há séculos, como um celeiro natural de recursos disponíveis para apropriação conforme a necessidade mercadológica. Aliado a este fato, populações tradicionais adquiriram, ao longo do tempo, práticas, costumes e conhecimentos que as possibilitaram sobreviver através de uma relação de interdependência com o meio ambiente e seus recursos naturais, seja para fins de subsistência ou comerciais.

Historicamente, a exploração dos recursos naturais no Estado sempre se caracterizou pela ausência de participação mais efetiva de agentes políticos e sociais locais, além da predominância da produção horizontalizada, o que agrega baixo valor e, conseqüentemente, efeitos que pouco resultaram em desenvolvimento socioeconômico, acarretando na atração de interesses exógenos. Interesses estes que tornaram-se mais visíveis e impactantes a partir dos grandes Programas de Desenvolvimento para a Amazônia iniciados a partir da década de 1960, que por sua vez incluíram o estado do Pará no circuito da produção capitalista através de um conceito de desenvolvimento condicionado ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Como já mencionado, esta lógica desenvolvimentista, que visa a geração de externalidades positivas através de grandes empreendimentos concentradores e centralizadores de capital, não é adequada à capacidade de gerar progresso às comunidades locais, haja vista que quase sempre provocam exclusão social e degradação ambiental. Nesta direção, o estado do Pará é marcado por iniciativas deste tipo, que influenciaram e ainda influenciam consideravelmente nas características ambientais, sociais, econômicas e culturais da Região do Tocantins, onde está localizado o município de Igarapé-Miri, nossa área de estudo.

2.1 Alguns aspectos sociais e econômicos da Região do Tocantins

A Região do Tocantins é formada por onze (11) municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. Com uma extensão territorial de 36.024,20 Km², a região é a segunda com maior número de pessoas residentes do Estado do Pará, com um contingente populacional total de 739.881 habitantes, sendo 390.579 (52,8%) nas zonas rurais e 349.302 (47,2%) nas áreas urbanas, segundo dados do censo de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

(2010).

Alguns contrastes sociais e econômicos relevantes na Região do Tocantins são apontados por Magalhães et al. (2012) ao destacarem que no município de Barcarena está instalado o maior distrito industrial do Estado do Pará e o maior porto exportador (de Vila do Conde), enquanto que nos demais municípios predomina a economia com base na produção extrativa e agrícola de baixo volume de investimento de capital. Conforme apontado em Pará (2010), dentre os 11 municípios que compõem a Região do Tocantins, somente os municípios de Abaetetuba, Barcarena e Tailândia participam e/ou influenciam diretamente na balança comercial do Estado, sendo que dos três municípios que participam das exportações, Barcarena merece destaque devido ao pólo industrial ali instalado. Estes dados conduzem o município de Barcarena a possuir o segundo maior PIB do Estado do Pará, em disparidade com demais municípios da região, como Cametá e Igarapé-Miri que possuem os menores PIBs.

Destaca-se também alguns fatos, como: a conjugação de atividades madeireiras reconhecidas por seu alto poder de degradação ambiental e atividades extrativas reconhecidas por sua sustentabilidade, como o açaí; a concentração expressiva de populações tradicionais residentes em área de várzea e a uma ampla diversidade étnica que se expressa em territorialidades específicas - as "terras de quilombos" e as "terras indígenas" (MAGALHÃES et al., 2012).

Sobre a renda econômica, dados mostram uma renda per capita na região em torno de R\$ 96,54, renda derivada de rendimentos do trabalho de R\$ 70,51 em média; renda média do chefe de família de R\$ 351,79 e renda de transferências governamentais de R\$ 11,79 (MAGALHÃES et al., 2012).

Quando se examinam os valores que constituem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), percebe-se que seu valor é de 0,68, típico de regiões consideradas de médio desenvolvimento humano. Entre os indicadores que compõem o IDHM, as melhores médias estão nos índices de educação (média de 0,77) e de longevidade da população (0,74). Quando se leva em consideração os indicadores que compõem a renda econômica (média de 0,53), esse fator contribui para derrubar a média geral do IDHM (MAGALHÃES et al., 2012).

2.2 O município de Igarapé-Miri

2.2.1 Origem

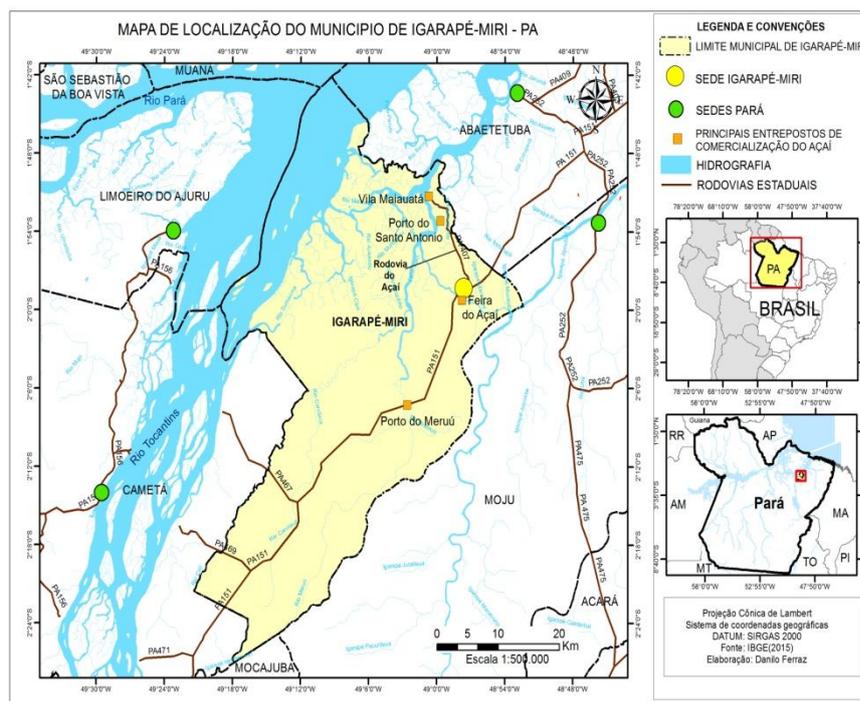
O município de Igarapé-Miri originou-se no século XVII a partir da instalação da fábrica nacional voltada para o aparelhamento e extração madeireira, que era escoada maciçamente em Belém, capital do estado do Pará (REIS, 2008). A povoação do município teria surgido de antigas terras concedidas por Cristovão da Costa Teive, governador do Maranhão e Grão Pará. A partir do século XVIII, outras atividades extrativas passaram a conviver com outros sistemas de produção voltados aos interesses mercantis, com destaque para a exploração extrativa das drogas do sertão, a pesca, a produção cacaueteira, o café, o arroz, feijão, a produção de farinha e a produção da cana-de-açúcar (LIMA, 2015).

Esta origem marcou a relação do processo de colonização municipal com a exploração dos recursos vegetais, com utilização de mão de obra indígena e escrava, demonstrando que a base econômica do município, desde a chegada de seus primeiros habitantes no período colonial, sempre esteve relacionada à disponibilidade de recursos naturais, realidade muito peculiar dos municípios amazônicos.

2.2.2 Aspectos geográficos

O município de Igarapé-Miri, localizado na margem direita do rio homônimo, está localizado na zona fisiográfica Guajarina, mesorregião do Baixo Tocantins, no estado do Pará. Com uma extensão territorial de 1.996.790 km², o município constitui-se numa grandiosa área recortada por rios, furos, igarapés e ilhas fluviais, onde dois grandes ecossistemas são encontrados: as áreas de terra firme e de várzea. Na terra firme a vegetação é mista, com presença de prolixas áreas de floresta tropical e áreas modificadas pela ação humana para fins agrícolas e pecuários. Nas áreas de várzea a floresta tropical é abarrotada de vegetais ombrófilos - cujo desenvolvimento exige clima chuvoso e alagado ou deles se beneficiam. Esta geografia é característica de toda a região do estuário próximo a foz do Rio Tocantins, região em que Igarapé-miri limita-se territorialmente com os municípios de Abaetetuba, Cametá, Mocajuba e Moju.

Figura 1 - Mapa de localização do município de Igarapé-Miri - PA



Fonte: O Autor

2.2.3 A construção do APL do açaí e as categorias de análise de Pettigrew

As categorias de análise Pettigrew (1987) apresentadas no capítulo 1 deste trabalho nos remete à inferir que este método foi criado para fins de analisar ou avaliar processos de transformações ocorridas em empresas do setor privado. Porém, entende-se que é cabível ajustar tal método aos estudos voltados para análise de mudanças econômicas, sociais e políticas, bem como processos de transformação em aglomerados produtivos, organizações públicas e, até mesmo, em APLs, como é o caso da abordagem dessa pesquisa.

Por isso, na certeza de que a metodologia apresentada por Pettigrew (1987) pode ser perfeitamente aplicada para fins de descrição da estrutura de governança do APL do açaí em Igarapé-Miri, propusemos utilizar este método a partir de análise histórico-descritiva das fases que impulsionaram este município a obter significativa mudança em sua dinâmica econômica a partir da estratégica de desenvolvimento local, apostando no investimento em seu capital social e na vocação agrícola de sua população rural, tendo como proposta o investimento na cultura produtiva do açaí.

Daqui em diante, será mostrado como o processo de construção do APL do açaí no município de Igarapé-Miri foi se consolidando ao longo do tempo, definindo o que chamamos de estrutura de governança. Este processo de estruturação foi estudado e descrito a partir dos quatro modos de análise propostos por Pettigrew (1987): os contextos interno e externo, que

fazem compreender a motivação da mudança; o processo, que demonstra como ocorreu a mudança; e o conteúdo, que apresenta o que mudou.

Os dados coletados na pesquisa apontam que o processo de constituição do APL do açaí em Igarapé-Miri tem em sua essência a vocação agrícola dos residentes na zona rural do município. Por isso, fez-se necessário realizar um apanhado histórico da trajetória econômica do município pesquisado a fim de demonstrar que as bases estruturais de governança não surgiram por acaso.

2.2.3.1 Análise do Contexto Interno

Nosso ponto de partida destaca a produção canavieira ao considerar que no fim do século XIX o fabrico do açúcar e aguardente em Igarapé-Miri impulsionava a economia do município, que aquela altura possuía 36 engenhos (NUNES, 2011). Lima (2015) aponta que esta atividade obteve êxito ainda no século XX, alcançando seu apogeu de 1960 a 1975, ratificando-se como a principal atividade econômica do município, responsável por uma expressiva produção de aguardente e por fixar grande contingente populacional na zona rural devido à expressiva geração de empregos ligados ao cultivo da cana e aos engenhos.

A partir da segunda metade da década de 70, a atividade canavieira em Igarapé-Miri, como em toda a região do baixo Tocantins, entrou em declínio, acarretando numa mudança significativa na dinâmica socioeconômica do município, com o fechamento sequencial de 54 engenhos (REIS, 2008). As decadentes relações patriarcais e assistencialistas entre patrões e empregados, o modelo administrativo e produtivo arcaico, a falta de cumprimento de normas de higiene e, principalmente, a perda do poder de competitividade da aguardente produzida são apontados por Lima (2015) como os principais fatores que contribuíram para o fim do ciclo açucareiro.

Segundo Lima (2015), o fechamento dos engenhos deixou um grande número de trabalhadores rurais desempregados, provocando uma migração em massa para sede do município e para a capital do estado, Belém. Os que decidiram permanecer nas áreas de várzea foram estimulados a buscar alternativas de sobrevivência em outras atividades econômicas, com destaque para a extração do palmito.

Ainda nos anos 70, indústrias de palmito começaram a migrar do sudeste do Brasil para as regiões de várzea do Estado do Pará, dando início a um novo ciclo econômico no município, aproveitando a abundância de palmeiras do açaí na região. Porém, o ciclo do palmito foi desastroso, pois a extração desenfreada e predatória de nativas palmeiras de açaí (muitas em idade produtiva) afetou em poucos anos o estoque desta espécie, quase

extinguindo-o.

A partir da metade da década de 80, Igarapé-Miri sofreu as consequências de profundas mudanças ambientais que contribuíram para o agravamento socioeconômico estabelecido no município. Além da degradação florestal sem precedentes, segundo Reis (2008) a construção da hidrelétrica de Tucuruí abalou fortemente a pesca no município em virtude da diminuição de muitas espécies aquáticas, em especial o Mapará (*Auchenipterus nuchalis*), principal peixe da região, que assim como o palmito e o açaí, representava a base econômica e alimentar da população residente nas áreas de várzea.

As transformações ambientais e socioeconômicas ocorridas nas décadas de 70 e 80, em consequência da intensificação do capitalismo na região do baixo Tocantins deixou um triste legado marcado pela escassez de recursos naturais e desemprego. Ao final da década de 80, o contexto interno de Igarapé-Miri era caracterizado por um alto índice de pobreza e miséria na zona rural do município, em decorrência das grandes transformações ambientais ocorridas nas últimas décadas, que provocaram baixa produção de pescado e de açaí, produtos tradicionalmente responsáveis por garantir a subsistência e a sustentabilidade econômica das populações tradicionais ribeirinhas. Contudo, a vocação agroextrativista ainda resistia no meio rural, além do potencial produtivo agrícola das áreas de várzea ricas em fertilidade.

2.2.3.2 Análise do Contexto Externo

Para análise contextual externa, foi estabelecida a década de 70 como ponto de partida, destacando-se a mudança significativa na dinâmica socioeconômica de Igarapé-Miri com o declínio do ciclo da cana-de-açúcar. A decadência desta atividade foi atribuída ao processo de interligação da região Norte ao restante do Brasil através da abertura de estradas que oportunizaram o ingresso no mercado local de produtos concorrentes oriundo de outras regiões do país, que possuíam melhor qualidade e preços mais baixos (LIMA, 2015).

Ressalta-se que o alto índice de desemprego provocado pela queda na produção e comercialização de aguardente gerou um intenso êxodo rural, em parte incentivado pelos melhoramentos urbanos das cidades como instalações elétricas, serviços de telefonia e televisão, além de maior acesso à saúde e educação (LIMA, 2015).

Segundo Lima (2015),

a decadência do ciclo aguardenteiro coincide com o declínio da produção e exportação de palmito no Centro-Sul do Brasil, região que até então mais produzia palmitos em conserva no país, cuja produção era retirada de grandes reservas de palmito jussara (*Eutherpe edulis*), palmeira abundante nas áreas de mata atlântica. Por este motivo, ainda nos anos 70, indústrias de palmito começaram a migrar do sudeste do Brasil para as regiões de várzea

do estado do Pará devido à extinção do palmito jussara, dando início a um novo ciclo econômico em Igarapé-Miri, aproveitando a abundância de palmito do açaí na região do baixo Tocantins.

Já nos anos 80, os grandes planos de desenvolvimento para a região amazônica também impactaram negativamente nas características ambientais do município, com destaque para grandes empreendimentos que se instalaram no estado do Pará, como a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT). A partir da operação da usina, em 1984, Igarapé-Miri sofreu profundas mudanças ambientais que contribuíram para o agravamento socioeconômico já estabelecido no município, haja vista que, conforme afirmam Cardoso, et al. (2007), a hidrelétrica represou os rios, o que impediu a adubação natural das várzeas dos municípios do Território do Tocantins. Esse empreendimento mudou os ciclos das marés, causou o assoreamento dos rios, a diminuição e desaparecimento de várias espécies de peixes.

2.2.3.3 Análise de Processo

Dados primários coletados apontam que diante da situação caótica instalada nos anos 80, um processo de mudança em Igarapé-Miri iniciou em nível local a partir do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), com o auxílio de instituições de apoio e colaboradores, com destaque para as Comunidades Eclesiais de Base. Assim, ao final daquela década, após longo processo de discussão, iniciou-se a construção de uma nova concepção de desenvolvimento local com características endógenas para o município, conforme preconiza Barquero (2002), que consistiu na recuperação das áreas de várzea devastadas pela ação predatória da extração do palmito para posterior investimento no resgate dos açazais. Esta iniciativa teve como alicerce o capital social existente entre os produtores rurais, que consistia na questão vocacional e extrema capacidade de organização e cooperação destes, além do potencial produtivo da terra para o cultivo do açaí.

A organização social e da participação política dos agricultores, através da conquista da direção do STR, resultou em um exitoso processo de mobilização e organização social de pequenos produtores. Nesse sentido, segundo Reis (2008), foi criada a Associação Mutirão (AMUT), que implementou em 1990 o "Projeto MUTIRÃO" - inicialmente executado com recursos financeiros adquiridos a fundo perdido da ONG Manitese, da Itália, com o apoio da Igreja Católica, que garantiu a infraestrutura da Associação e o começo da implementação de métodos de agricultura sustentável. O projeto representou uma iniciativa típica de utilização do "capital social" a partir do exercício da cooperação em prol de razões sociais e econômicas, dirigidas para o bem-estar da comunidade, conforme aponta Araújo (2003), haja vista que a

empreitada contou com a força de trabalho de produtores rurais empenhados em recuperar áreas de açazais nativos, através de um trabalho associado e cooperativo que consistiu no plantio de mudas e práticas de manejo sustentável, no sentido de alavancar novamente a produção de açaí como forma de garantir renda às famílias dos agricultores envolvidos no projeto.

No início dos anos 90, a organização social de produtores e trabalhadores rurais permitiu a criação de empreendimentos coletivos em rede e o estabelecimento de uma cultura cooperativista invejável, o que resultou nos primeiros anos de trabalho um perceptível avanço social e econômico de dezenas de famílias envolvidas no projeto. Este exemplo bem sucedido de trabalho coletivo embasado no manejo sustentável de açazais foi se disseminando nos anos seguintes, com destaque para o incentivo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), agente responsável por desenvolver práticas de manejo adequadas através da oferta de assistência técnica aos agroextrativistas do local. De acordo com Reis (2008), àquela altura, a partir da AMUT, foi construído o Centro de Formação Roberto Remigy, para servir de espaço para formação de agricultores através do desenvolvimento de atividades produtivas por meio do plantio de açazeiros em sistema de manejo e produção de açaí. Dados primários coletados na pesquisa apontam que em 1993, esta prática foi promovida quando a AMUT acessou seu primeiro crédito rural para agricultura familiar através do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

O amadurecimento e popularidade do "Projeto Mutirão" gerou benefício a centenas de agricultores em toda a zona rural do município, como consequência do exitoso processo de capacitação e disseminação de conhecimentos e práticas agrícolas. Com isso, os produtores rurais locais passaram a investir cada vez mais em áreas de cultivo de açaí, adotando técnica de manejo e plantio em suas terras. Após todos os esforços envidados, ao final dos anos 90 o município de Igarapé-Miri já despontava como um grande produtor de açaí - segundo dados do IBGE (1999), a produção extrativista de açaí alcançou 9100 toneladas.

Foi nos anos 2000 que Igarapé-Miri despontou como grande produtor de açaí no estado do Pará, em virtude do crescente aumento da demanda pelo fruto nos mercados nacional e internacional, o que provocou significativas mudanças na dinâmica produtiva e comercial do açaí em nível local.

Dados coletados apontam que em 2003, por intermédio da AMUT, o açaí produzido no município passou a ser processado em outros municípios e exportado em larga escala para os Estados Unidos através da empresa internacional Sambazon, Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA) e a empresa processadora de polpas de fruta denominada FLY.

Com o aumento da demanda por açaí em polpa e no intuito de abreviar o tempo e o custo entre a colheita do açaí e o beneficiamento da polpa, diversas indústrias começaram a se instalar no município em busca de aproximação com os produtores, associações e cooperativas locais, além de tentar inibir a atuação de intermediários, popularmente conhecidos como Atravessadores, buscando garantir maior economia devido à redução dos custos de transação e, também, maior qualidade do produto, visto que o açaí é extremamente perecível.

O processamento primário do fruto no município contribuiu para dinamizar ainda mais a produção através do processamento e, somado à atuação de outros agentes, tornou a atividade produtiva açazeira mais robusta e verticalizada. Além disso, merecem destaque a Cooperativa Agrícola dos Empreendimentos Populares de Igarapé-Miri (CAEPIM) e a Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri (CODEMI), criadas em 2006 através da AMUT no sentido de proporcionar melhor organização social e maiores ganhos aos agroextrativistas de açaí, além contribuir para reduzir a atuação dos Atravessadores.

2.2.3.4 Análise de Conteúdo

O conteúdo resultante do processo de mudança implementado corrobora com a contribuição de Cassiolato e Lastres (2003a) e Apolinário e Silva (2010), ao resguardarem que onde houver produção de bens ou serviços sempre existirá um arranjo em seu torno envolvendo atores relacionados à sua comercialização, que formam um aglomerado de fragmentos que se interdependem e se integram desenvolvendo relações econômicas e não econômicas.

Deste modo, as análises de contextos e processo apresentadas apontam que a iniciativa de desenvolvimento local com bases endógenas, promovida por organizações sociais, resultou na formação do APL do açaí de Igarapé-Miri mediante o exercício de ações coletivas alicerçadas por uma cultura cooperativista e de participação. Este resultado demonstra, conforme Pettigrew (1987), "*o quê*" mudou no município.

Como modo de apresentar em números o resultado da mudança ocorrida nas últimas décadas, enfatizamos que o APL em análise é responsável por tornar o município de Igarapé-Miri nacional e internacionalmente conhecido como o maior produtor de açaí do Brasil. Segundo informações do IBGE, no ano de 2016, a produção de açaí *in natura* no estado do Pará atingiu a marca de 1.080.212 toneladas. Números que colocam esta unidade da federação no topo da lista dos cinco produtores de açaí do Brasil, correspondendo a 98,94% do produzido. Deste quantitativo, Igarapé-Miri contribuiu com a produção de 305.575 toneladas,

correspondendo a 28,28% da produção estadual e 27,98% da produção nacional, conforme pode ser observados nas tabelas 5 e 6 a seguir.

Tabela 5 - Produção de açaí no Estado do Pará em 2016

Ranking	Município	Toneladas	Percentual
1°	Igarapé-Miri (PA)	305575	28,28%
2°	Cametá (PA)	112000	10,36%
3°	Abaetetuba (PA)	109200	10,11%
4°	Bujaru (PA)	75600	7,00%
5°	Barcarena (PA)	56000	5,18%
6°	Tucuruí (PA)	41932	3,88%
7°	Limoeiro do Ajuru (PA)	39900	3,69%
8°	Oeiras do Pará (PA)	28000	2,59%
9°	Moju (PA)	26000	2,41%
10°	Inhangapi (PA)	10500	0,97%
Total		1080212	100,00%

Fonte: IBGE (2016)

Tabela 6 - Produção de açaí no Brasil em 2016

Ranking	Município	Toneladas	Percentual
1°	Pará	1080612	98,94%
2°	Amazonas	10124	0,93%
3°	Roraima	851	0,08%
4°	Bahia	504	0,05%
5°	Espírito Santo	114	0,01%
Total		1092205	100,00%

Fonte: IBGE (2016)

3 CARACTERIZAÇÃO DOS AGENTES DO APL

Considerando que, em conformidade com o que definem Cassiolato e Lastres (2003a), no município paraense de Igarapé-Miri há produção bens e serviços em torno do cultivo, extração e beneficiamento do açaí, existindo, desta forma, um Arranjo em seu torno, envolvendo atividades e agentes que se inter-relacionam tendo como pano de fundo a comercialização deste fruto, seja *in natura* ou em polpa; e que, de modo simultâneo, ao definir-se os Arranjos Produtivos Locais como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas (CASSIOLATO; LASTRES, 2003a); os dados coletados nesta pesquisa demonstram que no município investigado há um APL relacionado à produção e comercialização de açaí.

No APL do açaí miriense foi possível observar *in loco* e confirmar através das respostas obtidas no apêndice A, a aglomeração de agentes econômicos, políticos e sociais. O

grupo representando pelos agentes econômicos é composto por indivíduos, grupos ou organizações que desempenham atividades com foco na produção e comercialização do açaí, *in natura* ou industrializado, através do processamento primário com vistas a obter retorno financeiro. A atuação dos agentes políticos é voltada para atividades que pretendem atender as necessidades dos demais agentes do APL, através de ações e políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento econômico e social a partir do fortalecimento da atividade açazeira no município. Já os agentes sociais buscam, através da organização social institucionalizada, representar agentes, individual ou coletivamente, no intento de contribuir também para o desenvolvimento local a partir da concepção de atendimento de objetivos comuns, atuando como interlocutores da sociedade junto aos agentes econômicos e - principalmente - políticos. A tabela 7 sintetiza os principais agentes do APL do açaí em Igarapé-Miri.

Tabela 7 - Principais agentes que integram o APL do Açaí em Igarapé-Miri

AGENTES	ATIVIDADES	INSTITUIÇÕES
Econômicos	Plantio, extração, compra e venda de açaí <i>in natura</i> ; processamento para venda de açaí processado (industrializado)	Produtores Rurais, Peconheiros, Cooperativas, Associações, Indústrias de Beneficiamento, Marreteiros, Batedores Artesanais, Atravessadores e Agências de Fomento.
Políticos	Desenvolvimento de políticas públicas para fins de desenvolvimento local	Representantes de Classe, Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Governo Federal
Sociais	Organização e representação social para atendimento de objetivos comuns	Associações, Serviços Sociais Autônomos

Fonte: O Autor

Reitera-se que a adoção do termo APL neste trabalho científico se dá devido à ampliação da rede de relacionamentos em torno da atividade comercial do açaí permeada pela atuação de diversos agentes aglomerados no mesmo território que, conforme apontam Vilpoux e Oliveira (2010),

é caracterizada por ser um ambiente de inter-relacionamentos e desenvolvimento de atividades articuladas e inter-dependentes em torno de uma cadeia produtiva e comercial-industrial regulada por uma governança estruturada através de mecanismos de coordenação, inter-relação, colaboração e negociação que permite o relacionamento entre os diferentes atores do setor produtivo e entre os atores do setor produtivo e as organizações de apoio.

3.1 Agentes Econômicos

3.1.1 Produtores Rurais

Compõem o grupo mais numeroso de agentes do APL, destacam-se por serem os principais responsáveis pela grandiosa produção de açaí que coloca o município em posição

de destaque no cenário nacional, tornado-o um território propício para implementação de novas iniciativas que contribuam para a continuidade do desenvolvimento local endógeno. Os produtores rurais são, em sua maioria, agricultores proprietários ou arrendatários de espaços rurais que, em geral, desenvolvem a agricultura do açaí em áreas de várzea (na maioria dos casos) e em terra firme para fins de extração do fruto e posterior comercialização do mesmo *in natura*.

Os dados coletados deixaram claro que as primeiras formas de relacionamento na cadeia produtiva e comercial do açaí ocorrem a partir da atuação dos produtores rurais, que, de acordo com a capacidade de produção e tamanho da área de cultivo de cada um, são classificados como pequenos, médios ou grandes produtores. Esta classificação também define o modo de atuação dos mesmos no APL, pois, segundo informações obtidas na pesquisa, dependendo da classificação dos produtores, há comportamentos distintos em relação ao modo de utilização de mão de obra, infraestrutura das áreas de cultivo e comercialização da produção, que, em regra, ocorre diretamente com seus clientes ou através de cooperativas e associações.

Os pequenos produtores rurais são definidos desta forma por possuírem área de cultivo compreendida entre 5 a 25 hectares, o que os remete a utilizar, essencialmente, a mão de obra do núcleo familiar em todos os processos de produção, como manejo, plantio, colheita e transporte. Em Igarapé-Miri, o açaí produzido por este grupo é comercializado em maior número diretamente com Marreteiros ou com Indústrias de Beneficiamento, via cooperativas e associações.

Sem apresentar números exatos, os presidentes da CODEMI e STR afirmaram nas entrevistas aplicadas que a maioria dos agricultores do município são enquadrados no rol dos pequenos produtores rurais e que, de certo modo, todos participaram ativamente ou se beneficiaram do legado deixado pelo processo de organização coletiva iniciado pelo "Projeto Mutirão".

Além disso, um reduzido contingente de pequenos produtores, cujas propriedades rurais estão localizadas próximas à sede do município, beneficiam-se do reduzido custo logístico para comercializar, em menor escala (no varejo), parte de suas produções junto a Batedores Artesanais locais, que no que lhes concerne adquirem o açaí *in natura* diariamente nas feiras livres da cidade para posterior processamento e revenda da polpa do fruto ao consumidor final.

Figura 2 - Produção de pequeno produtor em embarcação utilizada para transporte



Fonte: O Autor

Com relação aos médios e grandes produtores de açai, o presidente da CODEMI e o Sr. Roberto Pina, relataram que estas categorias exercem o modo agrícola patronal utilizando mão de obra contratada através de contratos informais e temporários estabelecidos com peconheiros. Os médios produtores rurais são detentores de áreas de cultivo que abrangem 25 a 50 hectares, por isso são produtores de volumes expressivos de açai, não trabalham em regime de cooperação, o que motiva o não repasse de suas produções para cooperativas ou associações e costumam comercializar seus produtos diretamente com atravessadores.

Já os grandes produtores de açai são aqueles que cultivam o fruto em áreas cujo tamanho supera 50 hectares e comercializam suas produções com Atravessadores e Indústrias de Beneficiamento, tanto de Igarapé-Miri como de outros municípios paraenses. Merece destaque o fato de que alguns produtores deste grupo também serem proprietários ou sócios de Indústrias de Beneficiamento instaladas no município.

Ressalta-se que nas médias e, principalmente, nas grandes áreas de cultivo, há também a contratação de empregados fixos responsáveis pelas atividades agrícolas necessárias para a atividade produtiva.

Ainda com relação às atividades dos produtores rurais, segundo os entrevistados, o processo de colheita, armazenamento e transporte do açai até meados dos anos 2000 era bastante precário e rudimentar. Após este período, com o incentivo da EMBRAPA, através do "Manual de Boas Práticas de Colheita e Manuseio do Açai", foi executado um forte processo

de conscientização junto aos produtores rurais que consistiu no estímulo à utilização de materiais e equipamentos de proteção individual para uso dos peconheiros, de modo a reduzir o risco de acidentes de trabalho e na adoção de técnicas que pudessem reduzir o risco de contaminação do fruto por microorganismos nos processos de coleta, debulha e armazenamento e transporte. Porém, ainda há poucos produtores rurais que oferecem certa resistência em adotar as boas práticas recomendadas, devido à forte herança cultural relacionada às formas tradicionais de coleta e debulha do açaí, principalmente.

3.1.2 Peconheiros

São os trabalhadores autônomos contratados por produtores rurais para a colheita do açaí, principalmente, nos períodos de safra do fruto. Dependendo da relação contratual, estes também são conhecidos como "meeiros", visto que o contratante fica com metade da produção e o coletor com a outra metade. A origem do termo "Peconheiro" se deve à peconha - utensílio rudimentar de aproximadamente 1 metro, similar a um cinto, constituído da folha do açaizeiro, que é enrolado nos pés do coletor do açaí de modo a enganchar no tronco da árvore proporcionando impulso na escalada da mesma.

3.1.3 Batedores Artesanais

Esta nomenclatura faz referência aos manipuladores de açaí que, em pequenos estabelecimentos comerciais espalhados no município, transformam primariamente, em pequena escala, o açaí em polpa para servir de alimento à população local. Este processo de transformação converte o açaí *in natura* para o estado líquido-denso através da utilização de um maquinário artesanal movido por um pequeno motor elétrico, conhecido popularmente como "máquina de bater açaí", que possibilita despolar os caroços do fruto transformando-o em uma substância, ao ponto para o consumo familiar, que é comercializada diariamente junto ao consumidor final.

Cabe frisar que os batedores artesanais, por atuarem individualmente e adquirirem pequenas quantidades do fruto, não intervêm na formação de preços no mercado local. O único fator que influencia no preço do açaí nas feiras-livres da cidade é o volume diário de produção, ou seja, a lei da oferta e procura (demanda).

Figura 3 - Ponto de venda de açaí



Fonte: O Autor

3.1.4 Marreteiros

São comerciantes intermediários de açaí, residentes em sua maioria na zona rural, que se dirigem até pequenos e médios produtores para comprar, em atacado, os frutos a fim de revendê-los. Estes, beneficiam-se do fato de possuírem embarcações com capacidade para transportar grandes quantidades do fruto e de adquirirem a produção à vista. O açaí adquirido por este grupo é comprado em sua maioria de Pequenos Produtores é revendido para exclusivamente para Atravessadores na sede do município.

Figura 4 - Embarcação de médio porte, típica para a prática de marretagem



Fonte: O Autor

3.1.5 Atravessadores

Também são comerciantes intermediários de açaí, diferenciam-se dos Marreteiros por estarem localizados na sede do município e entrepostos, locais onde recebem o açaí comprado para a fins de revenda junto às indústrias de beneficiamento do fruto, tanto de Igarapé-Miri como de outros municípios. Este grupo é composto por algumas pessoas físicas que, ao atuarem como Marreteiros de açaí em anos anteriores, foram se capitalizando na medida em que produção de açaí em Igarapé-Miri foi atingindo níveis elevados e alcançou novos mercados.

Este grupo é subordinado às políticas de preço estabelecidas pelo setor industrial é o dos atravessadores, pois revendem para as indústrias locais e de outros municípios o açaí que compram de marreteiros e produtores rurais pelo mesmo valor pago a cooperativas e associações, visto que o preço de venda é determinado pelas indústrias. Porém, a grande diferença é que estes agentes econômicos adquirem altíssimas quantidades de açaí *in natura*, o que é possível devido ao privilégio de serem detentores de grande volume de capital, possibilitando lucros expressivos na comercialização.

Segundo os entrevistados, estima-se que cerca de 80% de todo o açaí produzido no município de Igarapé-Miri chega às mãos dos atravessadores. Diante desta informação, vale frisar que, apesar de estarem "subordinados" às indústrias na cadeia comercial do açaí miriense, os atravessadores conseguem influenciar enormemente nas relações comerciais estabelecidas com seus fornecedores. Esta supremacia nas relações comerciais entre atravessadores e seus fornecedores se deve à prosperidade financeira destes agentes, que os permitem contrair algumas vantagens em suas transações, como: barganhar preço junto a produtores rurais através da aquisição da produção antecipada e à vista; financiar as atividades de marreteiros, criando assim fortes vínculos comerciais como os mesmos, baseados na confiança e fidelidade; e até mesmo conceder crédito às indústrias, quando necessário.

É importante destacar o que o número de Atravessadores atuantes no município é inversamente proporcional ao volume de açaí produzido e adquirido por estes agentes, e que, subordinados aos mesmos, existem dezenas de Marreteiros que atuam como seus representantes comerciais na zona-rural. Sobre isso, cabe destacar o que um dos entrevistados relatou: "*Hoje, se olharmos a cadeia do açaí no município, dá pra contar quem domina o mercado local. Se fizermos uma pesquisa, vai dar pra contar que não passa de 4 ou 5 pessoas e que atrelados a eles existem outros, formando uma espécie de rede*".

A descrição feita até aqui demonstra que os Atravessadores são os principais fornecedores de açaí para as Indústrias de Beneficiamento locais e de outros municípios e que,

segundo os entrevistados, essas organizações de processamento são o destino final da maior parte do açaí produzido em Igarapé-Miri, absorvendo cerca de 90% de toda a produção.

3.1.6 Industrias de Beneficiamento

São empresas de transformação primária que processam em grande escala o açaí *in natura* transformando o fruto em polpa - através de um processo que envolve lavagem, pasteurização, despulpamento, envasamento e congelamento - para posterior comercialização do produto.

Atualmente o município conta com 8 indústrias (algumas possuem áreas de plantio próprias) que realizam o processo de transformação primária após comprarem o fruto de Cooperativas, Associações e Atravessadores.

No que tange ao processo de industrialização e comercialização, os dados obtidos mostraram que estas organizações empresariais processam primariamente o açaí em polpa, porém não comercializam seus produtos diretamente com o consumidor final. A produção destas empresas é comercializada com outras indústrias de transformação secundária - com sede em outros estados do Brasil -, que processam a polpa transformando-a em outros produtos, como sucos e energéticos, ou em insumos para atender indústrias de transformação terciária.

Figura 5 - Indústria local de processamento primário, "Açaí Miriense"



Fonte: Página da indústria Açaí Miriense¹

Cabe enfatizar que, apesar de em Igarapé-Miri existir um significativo número de Indústrias de Beneficiamento, é muito forte a presença no município de organizações

industriais de processamento primário oriundas de outros municípios paraenses, com ênfase para Belém, Benevides, Castanhal, Santa Bárbara e Tomé-Açu. Estas indústrias atuam no APL exclusivamente na aquisição de açaí *in natura* tendo como fornecedores os Atravessadores, Cooperativas e Associações. Além de que, ressalta-se o fato destas organizações serem responsáveis por adquirirem cerca de 80% de todo o açaí que é fornecido ao setor industrial, com destaque para o município de Castanhal, o principal comprador.

3.1.7 Agências de Fomento

Agências de fomento são instituições constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado com o objetivo principal de financiar capital fixo e de giro para empreendimentos previstos em programas de desenvolvimento.

Em Igarapé-Miri, assim como em toda a região amazônica, a agência de fomento mais atuante é o Banco da Amazônia S. A. (BASA), que investe em empreendimentos rurais e agroindustriais localizados no município, através de recursos oriundos do Fundo Constitucional do Norte - FNO. Além desta, o Banco do Brasil também atua neste sentido.

Apesar de não figurar entre os agentes protagonistas na cadeia comercial do Arranjo, o BASA é um agente econômico que fomenta o APL desde a década de 1990, aplicando recursos advindos principalmente do FNO para fins de custeio de atividades agrícolas voltadas para o desenvolvimento do setor produtivo do açaí, através da concessão de crédito, principalmente para atender as necessidades dos Produtores Rurais. Além disso, algumas Indústrias de Beneficiamento também beneficiam-se de linhas de crédito concedidas pelo BASA para fins de investimento no processo de processamento do fruto.

3.2 Agentes Políticos

3.2.1 Representantes de Classe

São organizações de direito privado, voltadas a defender interesses coletivos. No APL do açaí de Igarapé-Miri, dois sindicatos (o dos trabalhadores rurais e dos produtores rurais) operam ativamente em prol da garantia dos direitos e interesses de seus membros sindicalizados, atuando como interlocutores das classes representadas junto ao poder público, principalmente.

Em Igarapé-Miri, dentre os representantes de classe mais atuantes, destacamos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e Sindicato dos Produtores Rurais (SPR). Estas organizações são reconhecidas por manterem relação mais próximas a agentes econômicos e

sociais, principalmente do campo, com o objetivo de representar e defender os direitos dos trabalhadores e produtores rurais.

As informações coletadas apontam que, com relação às atividades desenvolvidas no APL, o STR articula-se regularmente com lideranças comunitárias, associações e cooperativas atuantes na zona rural e urbana do município a fim de organizar e mobilizar os trabalhadores do campo, estimulando-os ao associativismo e cooperativismo. Para mais, destaca-se a atuação do STR junto a outros agentes, principalmente políticos, é estabelecida no intuito de firmar parcerias capazes de atender as necessidades dos trabalhadores sindicalizados, principalmente as relacionadas a questões trabalhistas, previdenciárias e de fortalecimento à agricultura familiar.

3.2.2 Prefeitura Municipal

Pessoa jurídica de direito público responsável pela administração pública municipal para garantir o bem-estar dos munícipes através de políticas voltadas para oferta de serviços nas áreas econômica, ambiental, social, transporte, infraestrutura e outros. Com relação à promoção de políticas públicas voltadas para o APL do açaí miriense, a atuação da Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri é desempenhada através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho e do Departamento de Agricultura, que por natureza são incumbidos de propor e implementar políticas públicas ou ações pontuais direcionadas ao fortalecimento do APL do açaí no município.

3.2.3 Governo Estadual

Pessoa jurídica de direito público responsável pela administração pública em nível estadual. Dentre suas competências, destaca-se o objetivo de garantir direitos, a ordem e a segurança pública, além da responsabilidade no atendimento das necessidades sociais e da promoção do desenvolvimento. Este agente atua no APL do açaí miriense no que tange à implementação de políticas públicas estaduais voltadas para o desenvolvimento econômico em torno da produção e comercialização do açaí, o Governo do Estado do Pará, mais precisamente através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia - SEDEME.

O Governo do Estado do Pará também assiste aos Produtores Rurais do município através da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado - EMATER, que é referência na execução de serviços voltados ao meio rural, com destaque para os serviços de assistência técnica, que eventualmente são ofertados no município por intermédio de

cooperativas, sindicatos ou associações de produtores rurais, de acordo com as necessidades dos mesmos e das possibilidades da Empresa.

3.2.4 Governo Federal

Pessoa jurídica de direito público responsável pela administração pública em nível federal, podendo atuar do estados e municípios direta ou indiretamente, seja através dos poderes públicos estaduais e municipais ou através de órgãos ou entidades federais como as autarquias e as fundações públicas, principalmente.

A presença do Governo Federal no APL do açaí miriense é mais perceptível através da atuação de instituições da administração indireta que desenvolvem estudos socioeconômicos, culturais e ambientais no contexto do Arranjo, principalmente nas áreas de pesquisa, com destaque para autarquias como a Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto Federal do Pará (IFPA) e Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), além da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Através destas instituições, diversas pesquisas relacionadas à produção e comercialização do açaí em nível local e regional são realizadas no sentido de investigar problemas, propor soluções ou apresentar inovações que contribuam para aplicação do conhecimento acerca da atividade açazeira e seus desdobramentos socioeconômicos, culturais e ambientais.

3.3 Agentes Sociais

3.3.1 Associações

Considerando que o Arranjo analisado é resultante de uma exitosa articulação da sociedade civil organizada e que, atualmente, aglutina milhares de trabalhadores, seja no campo ou na cidade, não é de se admirar o fato de Igarapé-Miri contar com um contingente expressivo de Associações que, em regra, congregam trabalhadores rurais, tornando-os sócios, atuando na defesa de interesses dos associados, mais precisamente incentivando e auxiliando na organização de trabalho e em questões sociais e políticas relacionadas a estes. No APL, há também outras organizações sociais representam demais categorias de trabalhadores e, até mesmo, de gênero.

Informações coletadas na pesquisa apontam que, no presente, o município conta com aproximadamente 30 Associações cujas atividades estão voltadas direta e indiretamente ao APL do açaí, como exemplo a Associação das Mulheres de Igarapé-Miri - AMIM, cujo objetivo é desenvolver a economia no município através da produção rural, investindo na

formação política e ambiental das associadas (CUNHA, 2006).

Por fim, destaca-se que algumas associações de pequenos produtores rurais, a exemplo das cooperativas, também atuam no mercado de açaí, organizando a produção dos membros associados para posterior comercialização em grandes escala junto a grupos industriais locais e de outros municípios.

3.3.2 Cooperativas

Cooperativas são sociedades de pessoas constituídas para prestar serviços aos associados que, reciprocamente, celebram contrato no sentido de contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro (BRASIL, 1971). Polônio (2001) complementa esta definição indicando que o ato cooperativo não implica na operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria. Neste, as operações realizadas pela cooperativa com seus associados não são operações mercantis, mas sim de transferências de mercadorias e recursos entre eles.

Em Igarapé-Miri, estas sociedades coletivas organizam e intervêm na comercialização do açaí produzido por pequenos produtores através de um modelo de gestão coletivo e participativo. Agentes fundamentais no processo de desenvolvimento econômico e na organização social de produtores rurais do município, as cooperativas são reconhecidas principalmente por reunirem pequenos produtores rurais no intuito de absorver toda a produção dos mesmos a fim de comercializar em atacado do açaí produzido junto a grupos industriais locais e de outros municípios do Pará, não permitindo a comercialização da produção com marreteiros e atravessadores, corroborando com a definição de Polônio (2001), ao apontar que uma das finalidades da sociedade cooperativa é o de afastar os intermediários promovendo a integração das cooperativas e seus resultados retornam aos associados de forma proporcional as operações.

Ainda sobre a atuação destas organizações, salienta-se que, segundo Reis (2008) e informações coletadas com entrevistados, a partir dos anos 2000 a comercialização do açaí produzido pela pequena produção familiar era realizada após realização de rodadas de negociação entre diretores de cooperativas e indústrias de processamento primário, que estipulavam o preço mínimo para a comercialização com base na média da variação do preço do ano anterior. Após este processo, eram celebrados contratos formais entre indústrias e cooperativas, no sentido de assegurar o preço mínimo de venda do açaí e a quantidade total a ser comercializada durante o período da safra.

Nos dias atuais, este modo de produção coletiva ainda é realizado por cooperativas e,

também, por associações de produtores. Todavia, as relações contratuais de hoje não são as mesmas de outrora, tendo em vista que com o passar dos anos as diversas indústrias adquirentes do açaí produzido em Igarapé-Miri passaram a atuar coordenadamente, fixando preços para compra do açaí que possibilitem diminuição em seus custos de produção e consequentemente aumento em suas margens de lucro.

Esta prática pôs fim às relações comerciais anteriores que previam o compromisso de compra e venda com base em preços mínimos previamente estabelecidos em contratos. Atualmente, este vínculo comercial é exercido no município através de um novo formato, onde cooperativas, associações e o setor industrial realizam suas transações comerciais baseadas em acordos informais que garantem apenas o compromisso de compra e venda, pondo fim à promessa de pré-estabelecimento de preços mínimos e quantidade, o que tem proporcionado maiores vantagens econômicas ao setor industrial, visto que com esta prática as indústrias buscam minimizar seus custos de produção e, como consequência, aumentar suas margens de lucro.

3.3.3 Serviços Sociais Autônomos

Além das Associações, a questão social no APL conta com a participação de entidades paraestatais que no que lhes competem prestam serviços sociais de modo autônomo. Tais organizações são de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, criadas por lei para ofertar atividades de utilidade pública, mais precisamente assistência ou ensino, qualificando e assistindo determinadas categorias sociais, grupos profissionais e empresariais.

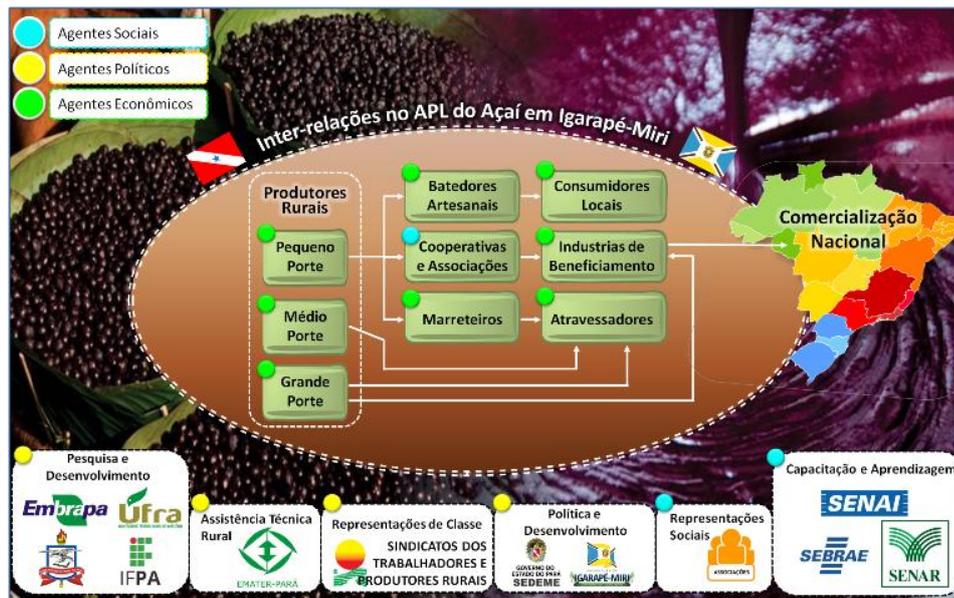
No APL do açaí em Igarapé-Miri, esta categoria é representada através da atuação de basicamente três instituições: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Estes órgãos prestam atuação junto a grupos sociais e profissionais.

Informações coletadas na pesquisa dão conta de que o SEBRAE tem atuado junto ao Batedores Artesanais de açaí no sentido de capacitá-los para melhor gerenciamento de seus negócios. Já o SENAR e o SENAI assistem trabalhadores rurais e industriais, respectivamente, através da oferta de cursos técnicos profissionalizantes para os trabalhadores do campo e serviços às indústrias. Porém, cabe mencionar que a atuação destes órgãos não ocorre continuamente.

3.4 Apresentação gráfica das inter-relações em torno do APL do açaí de Igarapé-Miri

Identificados e caracterizados os principais agentes, a figura 5 abaixo sintetiza as inter-relações destes como forma de possibilitar melhor compreensão da dinâmica que envolve as atividades produtiva, comercial, políticas e sociais em torno do APL do açaí no município de Igarapé-Miri.

Figura 6 - Síntese das inter-relações no APL



Fonte: O Autor

4 ESTRUTURA E TIPO DE GOVERNANÇA DO APL DO AÇAÍ EM IGARAPÉ-MIRI

O apanhado histórico descrito no capítulo 2 deixou claro que os produtores rurais iniciaram involuntariamente o processo de construção do APL e que a configuração estrutural atual do mesmo dá-se a partir da atuação de diferentes agentes - sendo: o Estado em seus diversos níveis; empresas, qualquer que seja seu tamanho; cidadãos e trabalhadores, organizações não-governamentais - que exercem a governança através de diferentes modos de coordenação, intervenção e participação, nos processos de decisão locais, conforme preconiza Paes-de-Souza (2007).

Ao defendermos que o APL do açaí no município de Igarapé-Miri se enquadra neste contexto, à medida que consideramos a atuação de agentes econômicos, políticos e sociais a partir de suas expertises e competências, acreditamos que através das sinergias e vínculos criados em torno de uma atividade econômica principal, compartilham-se mecanismos de governança, que os tornam capazes de exercerem o papel de protagonistas no processo de mudança estrutural no arranjo e, conseqüentemente de desenvolvimento local.

Por isso, faz-se necessário considerar e analisar os diversos fatores responsáveis por definir como o desempenho dos agentes define as estruturas de governança de um Arranjo Produtivo. Nesta perspectiva, esta seção apresenta qualitativamente, a partir dos procedimentos metodológicos apresentados na seção 1, os resultados obtidos na pesquisa de campo realizada, onde buscou-se analisar e compreender o modo de atuação, relacionamento e articulação entre os agentes que representam o APL estudado, considerando que estes elementos são fundamentais para entendimento da dinâmica territorial que revela a natureza da governança local.

4.1 Caracterização dos Entrevistados

Para melhor compreensão dos depoimentos e da análise, esta subseção apresenta a caracterização das cinco pessoas entrevistadas, conforme tabela 8 a seguir.

Tabela 8 - Caracterização dos Entrevistados

Identificação	Tipo de agente	Organização	Cargo/Função	Data da entrevista
E1	Econômico	CODEMI	Presidente	13/06/2018
E2	Político	STR	Presidente	13/06/2018
E3	Político	Departamento de Agricultura	Diretor	09/07/2018
E4	Econômico	Açaí Miriense	Tecnóloga de Alimentos	13/06/2018
E5	Econômico	Roberto Pina	Produtor Rural	29/08/2018

Fonte: O Autor

4.2 Percepções dos entrevistados e análise da governança no APL do Açaí de Igarapé-Miri

A partir daqui serão apresentadas as percepções obtidas a partir dos depoimentos dos agentes entrevistados tendo como base a transcrição das respostas dos mesmos, e análise interpretativa dos relatos, revelando assim a governança existente no APL pesquisado, de acordo com a metodologia adotada. A análise será apresentada a partir das seguintes categorias: *Atuação Pública* e *Articulação entre Agentes*.

4.2.1 Categoria Atuação Pública

A seguir, enfatizam-se relatos coletados nas entrevistas concernentes ao modo como a administração pública (direta e indireta, municipal, estadual e federal) e alguns entes paraestatais atuam no APL, mais precisamente: Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri, Governo do Estado do Pará, Governo Federal, Agências de Fomento e Serviços Sociais Autônomos. Neste campo evidencia a existência de projetos ou planos de desenvolvimento no Arranjo, principalmente relacionados à investimento público em infraestrutura, além da averiguação da participação dos demais agentes no processo de criação de políticas ou planejamento de ações.

Tabela 9 - Matriz da Categoria "Atuação Pública"

Categoria: Atuação Pública	
Sub-categorias	Depoimentos/Referências
Ações	<p>E2: já houve um momento em que a universidade "desceu", a Emater acompanhou... A Embrapa é um sonho. Quando o APL se consolidou, essas organizações se afastaram...</p> <p>E1: Quanto a políticas de capacitação de mão de obra, isso foi melhorado muito. Nós passamos por vários treinamentos para qualificação da produção, houve avanços.</p> <p>E5: A Embrapa veio aqui no Mutirão, pesquisou 10 anos e foi embora. a UFPA veio, fez várias pesquisas... e foi embora.</p> <p>E5: Com relação á capacitação de mão de obra, o que tem mais é a Emater que, na medida do possível, orienta o pessoal e quando aparece o sistema 's' de vez em quando. O SEBRAE vem aqui é faz isso [capacitar] com os manipuladores. Mas, não tem uma coisa planejada sistematicamente"</p> <p>E3: única coisa que existe é a discussão sobre o calendário agrícola (período do manejo) e o crédito rural, em conjunto com o conselho de desenvolvimento, Emater e bancos da Amazônia e do Brasil. A Emater elabora os projetos e faz o acompanhamento técnico... No momento o que existe são projetos de manejo para produtores elaborados pela Emater, em parceria com a prefeitura, e de fomento para indústrias.</p> <p>E2: A capacitação de mão de obra chegou no princípio com a universidade, depois, chegou através de política, mas muito pouco...</p> <p>E4: O SENAI veio aqui há alguns meses atrás visitar as industrias do município.</p> <p>E3: O Senar as vezes vem aqui, reúne um pessoalzinho. A própria Emater dá um apoio...algumas vezes eles vêm, mas...</p>

	<p>E2: A atenção pública para as necessidades do arranjo não é muito boa, eles só se manifestam em período político.</p> <p>E4: A Participação dos agentes públicos municipais, estaduais e federais no arranjo é razoável. As vezes a gente vê alguma coisa da Prefeitura. Porém, essas mudanças no governo são difíceis!...</p> <p>E1: Os governos locais, muitas vezes, não se interessam em incentivar [estruturar]</p> <p>E1: Com relação à infraestrutura, nós estamos trabalhando, particularmente, para melhorar isto, nós fizemos (associação e cooperativas) 3 portos no Rio Santo Antônio, onde em cada porto, um grupo domina (usa). Aqui na cidade tem um (porto) que não é lá essas coisas. Não há investimento do governo nessa área.</p> <p>E5: ... Já as condições de embarque e desembarque, principalmente, nos portos do município é muito precária...</p> <p>E5: O município precisa se preocupar com a infraestrutura: criação de portos, manutenção de ramais... a infraestrutura é fundamental"</p> <p>E5: A infraestrutura, a gente tem que se organizar e ir pra cima. Um exemplo: este porto [Porto do Santo Antônio] aí, nós estamos brigando, brigando junto ao Governo do Estado... aí parece que vão fazer uma ponte de concreto [ponte que 'corta' o ramal que dá acesso ao porto]... aí falta o asfaltamento e eles dizem que vão fazer...</p> <p>E1: Mas, aqui o Governo do Estado é mais presente... as vezes existem emendas estaduais pra cá</p> <p>E2: Em Igarapé-Miri, todas os espaços são improvisados, o trabalhador não tem um espaço adequado para armazenar a produção [...], o produto chega nos portos e desembarca de qualquer jeito.. tudo isso tem.</p> <p>E5: Então, pra mim, as instituições de ensino e pesquisa estão em dívida com a gente... Eles vêm aqui, exploram o nosso conhecimento empírico e não dão nenhum retorno pra gente e eles recebem dinheiro público pra estar desenvolvendo isso".</p>
Programas	<p>E3: No momento, temos o projeto do festival internacional do açaí junto ao governo do Estado, com a idéia de trazer investidores de fora do país para investir na região...</p> <p>E4: Hoje, com o Pará 2030 agente percebe uma aproximação da parte do governo do Estado. Inclusive, eles (o governo estadual) já realizaram assembléias com todo mundo que é envolvido com o açaí no município, onde fomos ouvidos.</p> <p>E4: o Governo do estado nos chamou - não precisamos ir lá (até o governo estadual). Estamos discutindo coisas boas pra cá</p>

Fonte: O Autor

4.2.1.1 Interpretação da Categoria Atuação Pública

Os relatos indicaram que a presença de órgãos públicos em Igarapé-Miri, através de ações efetivas de incentivo à atividades em torno da produção de açaí, já foi mais assídua, sobretudo no que concerne à atuação de instituições de pesquisa como Embrapa e UFPA e de assistência técnica a exemplo da EMATER. A participação destas instituições em conjunto com agentes locais foi fundamental para qualificar a mão de obra local, estimular e ampliar o manejo sustentável de açazais e, conseqüentemente, a produção de açaí no município.

A partir dos anos 2000, quando o APL se consolidou, a atuação destas instituições diminuiu e as ações públicas de investimento no Arranjo pouco ocorreram, exceto a

EMATER, que ainda possui razoável atuação junto aos produtores rurais do município auxiliando, sobretudo, na elaboração de projetos e acompanhamento técnico.

Hoje, entidades do sistema "S" - SEBRAE, SENAI e SENAR - atuam pontualmente no município, de modo esporádico, quando são estimuladas, principalmente, por agentes privados, pois percebe-se que a prefeitura municipal e o governo estadual não conduzem ou estimulam devidamente o processo de desenvolvimento do APL.

No âmbito municipal, a única iniciativa de maior visibilidade executada pela prefeitura municipal consistiu na disponibilização de um terreno público localizado na sede do município, às margens do rio que banha a cidade, que ainda em condições inadequadas serve de entreposto para escoamento da produção de açaí, o que pode ser um reflexo da crise na gestão pública local em virtude de sucessivas cassações de prefeitos nos últimos anos. Contudo, a Prefeitura Municipal, através do Departamento de Agricultura, participa das discussões relacionadas ao calendário agrícola (período do manejo) e crédito rural, em conjunto com o Conselho de Desenvolvimento do município, EMATER e os bancos da Amazônia e do Brasil. Atualmente, os projetos de manejo para produtores são elaborados pela EMATER, em parceria com a prefeitura, além dos projetos de fomento para indústrias locais.

A atuação governamental deixa a desejar principalmente na atenção às necessidades de infraestrutura no município, o que nos leva a concluir que nesta área concentram-se as principais necessidades de melhoria para desenvolvimento do Arranjo. Os principais queixas se concentram sobre as precárias condições de embarque, desembarque e armazenamento da produção, principalmente, nos portos localizados na sede do município e na zona rural, onde a infraestrutura existente foi viabilizada através de recursos dos próprios agentes, como é o caso dos portos localizados às margens do Rio Santo Antônio, onde os grupos responsáveis pela estruturação utilizam estes espaços.

Além dessas, os agentes relatam ausência do poder público com relação à manutenção e pavimentação de estradas e, principalmente, ramais utilizados para escoamento da produção. Porém, na principal via de escoamento da produção, a rodovia do Açaí, as pontes existentes na estrada, que antes eram de madeira, hoje estão sendo substituídas por concreto, graças ao Governo do Estado do Pará, que tem contribuído nos últimos com algumas melhorias neste sentido, impulsionadas por emendas ao orçamento provocadas por parlamentares que atuam na região.

No que concerne ao planejamento de ações para o APL, na atual conjuntura, o governo estadual surge na dianteira através do "Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará - Pará 2030", que, em sua fase inicial, se apresenta como uma iniciativa que

visa implementar ações planejadas a partir da participação de agentes locais, ouvidos em assembleias cujas pautas consistiram em discutir ações para o APL, voltadas especialmente para estimular a ampliação e verticalização da produção, através do plantio de açaí em terra firme e implantação de indústrias de transformação secundária e terciária. Sobre este segundo ponto, o Governo do Estado promoverá em 2018 no município o "I Festival Internacional do Açaí" no intuito de promover o potencial produtivo local e atrair investidores de outros Estado e do exterior. Porém, os produtores rurais não enxergam este projeto com bons olhos, pois alegam que a iniciativa visa estimular o setor industrial e, por isso, não os contempla.

A relação entre o exposto até aqui e o que defendem Dias e Cario (2014), aponta para a conclusão de que a governança pública é ausente no APL, visto que o Estado pouco estabelece ou coordena as prioridades dos atores locais para a consecução de objetivos coletivos. O que é sustentado por Martins e Marini (2014) ao considerarmos que a ausência de governo em rede, orientado para resultados, integrando governo e atores sociais na condução de políticas públicas, negociando e harmonizando interesses.

Salienta-se que ao apresentar-se a participação governamental como essencial para a garantia da continuidade do desenvolvimento do Arranjo do açaí miriense, evidencia-se que "há sinais de que as iniciativas, incluindo-se as de desenvolvimento local, quando não contam com a participação do Estado, vivenciam fracassos" (ULTRAMARI; DUARTE; 2011, p. 32). Além disso, observou-se que as iniciativas de desenvolvimento em voga se apresentam vestidas de exogenia, ao contrário da lógica de desenvolvimento que tornou Igarapé-Miri referência na produção de açaí, o que pode ser reflexo da baixa produção de bens ou serviços coletivos, além da fraca inter-coletividade entre Estado e autoridades locais, elementos essenciais de governança pública, conforme defendem Colletis, et al. (1999).

4.2.2 Categoria Articulação entre Agentes

Neste tópico, os relatos coletados centram-se na forma com que ocorre a articulação entre os agentes, seja intra-grupo ou entre categorias distintas, evidenciando a forma como se dão os relacionamentos políticos, sociais e comerciais no Arranjo, observando comportamentos e ações de confiabilidade e ajuda mútua.

Tabela 10 - Matriz da Categoria "Articulação entre Agentes"

Categoria: Articulação entre Agentes	
Sub-categorias	Depoimentos/Referências
Confiança	<p>E1: As relações contratuais não são sólidas. Entre nós, não conseguimos firmar acordos, a responsabilidade contratual ficou enfraquecida a partir de 2005...</p> <p>E2: a relação de confiança entre os Atravessadores e os Marreteiros é muito forte, a relação entre os Atravessadores e as indústrias também é forte, ao ponto de os Atravessadores garantirem o funcionamento das indústrias, fornecendo insumos (o açaí), quando elas estão fracas das pernas...</p> <p>E4: As relações de confiança entre as fábricas, há uma boa relação de confiança. Os empresários são muito unidos...</p> <p>E4: As fábricas (indústrias) se relacionam bem, existe uma parceria muito grande entre os donos. Eles não se veem como concorrentes e sim como aliados no mercado...</p>
Cooperação	<p>E1: Hoje, a cooperação entre os agentes do arranjo é razoável... não há muita credibilidade. Há uma relação de cooperação entre as cooperativas e o sindicato, colônia de pescadores... mas, é enfraquecida.</p> <p>E2: Com relação à questão mercadológica, as relações de confiança entre os agentes está desgastada por causa da articulação da "dominação", onde os agentes econômicos detentores do capital influenciam os locais no sentido de enfraquecer as iniciativas de maior organização dos produtores.</p> <p>E3: Já a relação entre o grupo de produtores é bem dividida, pois existem uns que preferem trabalhar individualmente enquanto outros preferem o trabalho coletivo....</p> <p>E2: A cooperação entre os agentes do arranjo, eu avalio que ela é muito fraca, porque o cooperativismo é uma coisa a passos lentos.</p> <p>E5: O que enfraquece também, é que os Marreteiros pagam no ato e no porto do produtor..Aí não tem custo de transporte. Além disso, tem gente hoje que vende toda a produção para o atravessador antecipadamente, antes do açaí apretar. Eles precisam de dinheiro e se sujeitam a isso. Aí, quando chega a safra, não tem mais dinheiro, já estourou tudo, mas tem o compromisso de entregar a produção</p> <p>E4: A cooperação é boa, sobretudo quando dá "tampa" de açaí (ocorre na safra, em alguns dias a produção de açaí é muito grande, excessivamente) e a gente não tem condições de processar todo o açaí em um dia, a gente "bate" o açaí em outras fábricas, sem custo algum...</p> <p>E5: A cooperação entre os agentes do APL, nesse momento agora é meio complicado. A gente não está tendo tanto essa cooperação. Nós temos um momento de conflitos"</p>
Interação	<p>E1: não há relação entre o governo e nós. As pessoas que estão lá não nos dão a menor chance</p> <p>E1: Com eles, temos uma relação muito restrita, a nossa chegada é muito dificultada.</p> <p>E3: A articulação entre os agentes privados é uma relação diferenciada, o grupo industrial é bem articulado e unido</p> <p>E5: ...eles [as indústrias] tem o mercado da polpa, eles tem a fabrica... então, eles determinam [...]. O bem de produção é deles. Então, pra nós que produzimos a matéria-prima, não tem jeito. Tanto é que o nosso povo que produz açaí não tem muita amizade com dono de fábrica, não, porque eles tem tido um modelo que maltrata muito [...] tem gente que manda açaí [para as indústrias], vai lá, pensa que tem saldo e está devendo. Eles têm um modelo que só dá a casa...</p> <p>E5: Então, essa relação não está tão saudável, pois o agricultor que produz o açaí está se</p>

	<p>queixando do Atravessador e o Atravessador se queixa do dono da fábrica. hoje eles determinam o preço e depois pra subir o preço, só com a necessidade de ter produção.... Aí, os movimentos (sociais) estão começando a reagir... e está posto que vai haver um conflito</p> <p>E5: Nós estamos enfraquecidos porque não estamos conseguindo ditar as regras. Isso está acontecendo por que não temos alternativas para dar pro nosso povo [...], as fábricas vêm e determinam as regras...</p> <p>E4: Não percebe-se claramente que há uma boa articulação envolvendo a prefeitura, Estado e outros. A coisa é meio solta...</p> <p>E3: Quando os políticos não são do mesmo grupo, a articulação entre os agentes públicos e privados no arranjo emperra.</p>
--	---

Fonte: O Autor

4.2.2.1 Interpretação da Categoria Articulação entre Agentes

Um dos principais pilares do capital social, a confiança entre os agentes sempre foi, desde o Projeto "MUTIRÃO", um fator de contribuição positiva para fortalecimento das relações contratuais, comerciais e de cooperação no APL do açáí. Porém, a atual conjuntura aponta um cenário muito distinto do que foi outrora, sobretudo no que diz respeito às relações entre os produtores rurais e associações ou cooperativas, visto que os acordos comerciais, desde meados de 2005, passaram a não ser tão sólidos como antes.

O baixo nível de confiabilidade entre os produtores rurais, sobretudo entre os pequenos, acarreta fortemente na queda dos atos de cooperação entre estes, seja na luta para garantir direitos sociais ou na busca de vantagens comerciais. O cooperativismo no município, que também já foi muito forte há alguns anos, diminuiu gradativamente à medida em que os Atravessadores (depois os Marreteiros) passaram a se fortalecer e aliciar de modo mais aguerrido os Pequenos Produtores Rurais. Os fatores que mais influenciam no significativo enfraquecimento das iniciativas de cooperação e no baixo contingente de produtores atuando em cooperativas, são: educação cooperativa deficiente, a facilidade em comercializar a produção com os Marreteiros por conta do pagamento a vista e da venda no local de produção, diminuindo assim o custo com transporte; e prática mais recentemente implantada de venda antecipada, na entressafra, da produção para estes intermediários.

A queda no cooperativismo também é atribuída à ascensão socioeconômica dos Produtores Rurais, visto que a melhoria nas condições de vida destes acarretou em certo comodismo. No entanto, de acordo com Araujo (2003), a submissão dos Produtores Rurais em relação a comerciantes intermediários se deu, principalmente, devido à desvalorização deste capital social, representado pelos baixos laços de confiança e de conexão social e pela incapacidade de cooperação e confiança mútua.

Hoje, em Igarapé-Miri, o modo de atuação dos produtores não é uniforme: uns que preferem trabalhar individualmente, com autonomia para vender a produção; enquanto outros preferem o trabalho cooperado, vendendo a produção para as Indústrias, via Cooperativas ou Associações. Todavia, ao considerarmos que o maior volume de açaí produzido no município chega às mãos dos Atravessadores, obviamente conclui-se que o número de Produtores Rurais cooperados é muito reduzido.

Por outro lado, o fortalecimento econômico dos Atravessadores possibilitou a criação de sólidas redes de comercialização destes com os Marreteiros. O grande vulto de capital transacionado, à vista, entre esses agentes criou um laço de confiança, ou até mesmo de fidelidade extremamente forte, se considerarmos que grande parte dos Marreteiros são fornecedores exclusivos de determinados Atravessadores. Este mesmo nível de confiança existe entre Atravessadores e seus clientes (as Indústrias), haja vista que estas consideram aqueles como seus principais fornecedores. O nível de confiabilidade entre Atravessadores e determinadas Indústrias é tão forte ao ponto de, em casos extremos, estes fornecedores garantirem o funcionamento das mesmas, fornecendo insumos (o açaí), quando elas não gozam de boa saúde financeira.

No APL, a relação entre os Indústrias locais também é alicerçada por um alto nível de confiabilidade e parceria, visto que as mesmas não se veem como concorrentes e sim como aliadas no mercado. Esta relação harmoniosa é bem percebida no período de safra, em dias que a produção de açaí é excessivamente alta. Quando isso ocorre, algumas indústrias locais com menor capacidade de processamento encaminham seus frutos *in natura* para serem processados em outras unidades.

As relações entre comerciantes intermediários e destes para com o setor industrial é coesa. Neste grupo, os membros demonstram confiabilidade e depositam ampla confiança uns nos outros, possibilitando realizar muito mais do que o outro grupo (dos Produtores Rurais) que carece de confiança. O patrimônio intangível que representa esta relação é definido pela interação que promove o dinamismo, alavanca a produção e produtividade e a capacidade do grupo para conquistar de soluções ótimas a partir de estratégias "ganha-ganha" (VIANA et al., 2016; PAIVA, 2004; COLEMAN apud PUTNAM, 1996).

Quanto ao relacionamento entre os agentes, do ponto de vista político, percebe-se claramente que não há uma boa interação envolvendo a Prefeitura, Governo do Estado e os demais. A conjuntura atual indica que o bom diálogo entre o poder público e os agentes privados do Arranjo é oscilante, pois a posição político-partidária de alguns pode facilitar ou travar negociações. Além disso, os agentes governamentais tendem a estreitar laços de

relacionamento às vésperas de períodos eleitorais, revelando que os agentes governamentais atuantes no APL não possuem sólida relação com os demais agentes locais.

Portanto, compreende-se que no APL analisado, o conceito de governança defendido por Cassiolato e Lastres (2003b), Loffer (2001) apud Kissler, Heidemann (2006) e Gonçalves (2006), pouco é observado, em virtude do baixo nível de ações governamentais descentralizadas e parcerias entre o público e o privado, bem como são baixos os mecanismos de coordenação e negociação entre atores sociais visando soluções para o desenvolvimento dos participantes do Arranjo.

De outra forma, a interação entre os agentes privados do Arranjo é bastante intensa e dependendo do ângulo, pode se mostrar harmoniosa ou conflituosa. Em termos comerciais, a interação entre Marreteiros, Atravessadores e Indústrias de Beneficiamento é bem construída, definida por uma estrutura de governança que vai ao encontro com o que preconizam Justen et al. (2015), pois este grupo de agentes atua no sistema produtivo estabelecendo laços de interação, criando mecanismos de coordenação e controle do ambiente, através de práticas de cooperação para solução de problemas comuns para que seja alcançado o sucesso de suas atividades.

Por outro lado, o nível de organização dos Produtores Rurais e as relações destes com seus clientes, principalmente os Atravessadores e proprietários de indústrias, demonstra sinais de instabilidade, devido a uns conflitos de interesses relacionados ao preço de compra e venda do açaí. Com relação a isto, a maior contestação dos produtores, cooperativas, associações e representações sindicais consiste no fato do setor industrial determinar o preço de compra do açaí produzido, institucionalizando uma regra que versa no estabelecimento de um preço de compra uniforme para todas as indústrias que adquirem açaí em Igarapé-Miri, sejam as indústrias locais ou as de outros municípios, preço este que nos últimos anos tem caído consideravelmente, impactando na lucratividade dos Produtores Rurais. Diante desta situação, a lamúria dos agricultores só aumenta à medida que a cotação do açaí cai no mercado, provocando os movimentos sociais a reivindicarem melhorias e os produtores a se reorganizarem em prol de seus interesses.

O cenário ora estabelecido prova que a articulação entre os Produtores Rurais e seus clientes está na contramão da definição de governança de Fuini (2014), haja vista que, no APL do açaí estudado, as ações tornaram-se menos coletivizadas, provocando a diminuição da coordenação de iniciativas que busquem a viabilização de interesses comuns, resultando em um ambiente onde as relações não contribuem para a melhoria da competitividade para todo o conjunto do Arranjo.

Figura 7- Sessão realizada na câmara municipal de Igarapé-Miri para discutir a queda do preço do açaí



Fonte – O Autor

4.3 Discussão

Os resultados encontrados apontam que, do processo de construção do APL do açaí em Igarapé-Miri até os dias atuais, a estrutura de governança construída pelas inter-relações dos principais agentes condutores do processo de desenvolvimento local mudou consideravelmente. Os dados coletados possibilitaram constatar que a governança exercida em décadas passadas - caracterizada por forte parceria entre a sociedade civil e Estado, institucionalizando ações conjuntas, mecanismos de coordenação e negociação entre agentes, criando possibilidades interação e desenvolvimento para todos os participantes, conforme apregoam Cassiolato e Lastres (2003b), Heidemann (2006) e Gonçalves (2006) - foi desfigurada, adquirindo um formato que "racha" o Arranjo ao meio, separando produtores rurais e organizações sócio-produtivas de um lado e os detentores do capital de outro. Esta heterogeneidade mostra que o grupo que, outrora, protagonizou o processo de desenvolvimento endógeno, hoje é coadjuvante no cenário mercadológico local, ocupando posição desvantajosa nas relações comerciais estabelecidas por Marreteiros, Atravessadores e Indústrias de Beneficiamento.

A ausência de alguns fatores essenciais para a boa governança contribuem fortemente para contexto atual, dentre o quais destaca-se o declínio na organização social representada pela deterioração ou, em muitos casos, ausência de mecanismos de articulação entre Produtores Rurais e destes com os movimentos políticos e sociais, demonstrando uma significativa desvalorização e desarticulação do capital social rural, traduzida pelo baixo nível de confiança, solidariedade, integração social e cooperação e coparticipação. Conforme Putnam (1996), a deficiência ou inexistência solidariedade, confiança, projetos coletivos

compartilhados e maior nível de participação na vida pública, tendem a encaminhar a sociedade à baixa prosperidade.

Por outro lado, ao considerarmos que a atuação de atores não-estatais é central para o desenvolvimento da ideia e da prática da governança (GONÇALVES, 2006) e que os problemas mais emergenciais da sociedade são em decorrência da falta ou ineficácia na participação do Estado (ULTRAMARI; DUARTE; 2011, p. 32), compreende-se que queda na atuação governamental nos últimos, em conjunto com indivíduos e organizações públicas e privadas, no sentido de promover e sustentar o crescimento do APL, contribuiu para o surgimento de ingerências de problemas comuns e acomodação de interesses conflitantes.

Além do mais, ao consideramos que no APL em análise, ou em qualquer outro, a estrutura de governança é representada pelas forças organizacionais e institucionais e que estas são capazes de condicionar o comportamento dos agentes no Arranjo (JUSTEN et al., 2015), destaca-se os mecanismos de articulação construídos por Marreteiros, Atravessadores e Indústrias de Beneficiamento, em que estes se valem de uma "falha de governança" no APL como um todo para usufruir, estrategicamente, de uma estrutura de governança "privada" que abrange a capacidade de reação coletiva às ameaças e oportunidades a ponto de garantir o triunfo econômico do grupo, oportunizada capacidade de determinação de preços e aumento de ganhos em escala.

Sobre este ponto, os resultados obtidos indicam que o reduzido número de Indústrias de Beneficiamento detentoras de ativos estratégicos de natureza tecnológica, comercial, produtiva ou financeira, em contraste com o expressivo contingente de produtores e de produção, abrem espaço para a ocorrência de uma estrutura de mercado caracterizada por uma competição imperfeita, em que existem poucos compradores (Indústrias) e muitos vendedores (Produtores Rurais). Segundo Pindyck e Rubinfeld (2010), um mercado com estas características é definido como oligopsônio, ambiente propício para o aumento da capacidade de determinados compradores afetar o preço de um produto e adquirir a mercadoria por um valor inferior ao preço que prevaleceria em um mercado competitivo.

Cabe ressaltar que no APL analisado cada Indústria de Beneficiamento responde por uma vultosa fatia do mercado local de açaí, exercendo um grande poder de oligopsonização ao determinarem, em conluio, a redução do preço do açaí beneficiando-se do fato deste produto ser caracterizado por possuir uma oferta inelástica, atribuída pela necessidade de colheita assim que ocorre o amadurecimento do fruto e por ser altamente perecível. Tais fatores naturais potencializam as práticas oligopsônicas das Indústrias dando a estas um poder de barganha quase que intransponível. Poder este que é transferido em cadeia aos

Atravessadores e Marreteiros.

Este fenômeno estrutural mercadológico nos leva a concluir que no Arranjo Produtivo Local do Açaí em Igarapé-Miri, conforme preconizam Colletis, et. al., (1999), na atual conjuntura, a governança é Privada, já que um número reduzido de agentes privados dominam e conduzem mecanismos de coordenação e criação de recursos com vistas à atender seus próprios interesses, influenciando significativamente na forma de atuação dos demais agentes existentes no APL e, simultaneamente, desestimulando o desenvolvimento econômico local endógeno, uma vez que a governança em voga consiste em um processo que não promove a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população local, principalmente dos Produtores Rurais conforme defendem Ckagnazaroff et al., (2008).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a perspectiva de descrever a estrutura que define a governança no APL do açaí no município de Igarapé-Miri, primeiramente foram analisadas as teorias do Desenvolvimento Local com bases endógenas, considerando que este ponto de partida consiste no fortalecimento das vocações e potencialidades locais, através da utilização e ampliação do capital social, de modo a criar condições necessárias para a geração de emprego e renda e, conseqüentemente, externalidades positivas em âmbito econômico e sociocultural. Para isso, o conceito de Arranjo Produtivo Local foi considerado como uma das maneiras de contribuição para o desenvolvimento através da organização de atores locais reunidos em redes de relacionamento, o que ensejou a abordagem da governança entendida aqui como a arte de mobilizar e coordenar ações coletivas, de modo a dinamizar potencialidades capazes de consolidar e fortalecer o APL.

As referências teóricas que embasaram este trabalho científico foram essenciais para o alcance do objetivo proposto. Para isto, o caminho teórico percorrido para descobrir como a relação entre os agentes do Arranjo analisado influencia no desenvolvimento local, agregou conhecimentos que possibilitaram, mais tarde, realizar descrição histórica de como Igarapé-Miri sofreu influências externas e internas que provocaram tomadas de decisões, desdobradas em ações que refletiram o despertar de Produtores Rurais e organizações não governamentais para empreenderem um processo endógeno de mudança repleto de iniciativas transformadoras, apoiadas em vocações capazes de promover o desenvolvimento local, cujo conteúdo consistiu na retomada do dinamismo econômico, que conseqüentemente levaram ao surgimento do APL do açaí no município.

Este momento foi fundamental para demonstrar, através de fatos, como a governança pode ser estruturada e exercida na prática, o que foi possível a partir da compreensão da caracterização dos agentes do Arranjo e suas inter-relações. Estes fenômenos foram fundamentais para abrir caminhos que levaram à descoberta da natureza da governança existente no APL do açaí em Igarapé-Miri.

Por meio da metodologia adotada, os dados coletados e analisados mostraram que, a forma como o Arranjo está estruturado e o modo de atuação de seus agentes indicam que o tipo de governança existente no APL do açaí no município de Igarapé-Miri é do tipo Privada, caracterizada pelo fraco desempenho governamental e pela atuação estratégica de agentes industriais bem articulados com seus principais fornecedores, os Atravessadores.

Tais resultados confirmam as hipóteses apresentadas, pois o tipo de governança

encontrado demonstra que a atuação dos agentes que compõem o APL é caracterizada pelo poder de influência exercido por pequenos grupos empresariais em prol de seus próprios interesses. Influência esta que condiciona o modo de agir dos demais agentes do Arranjo, comprometendo o desenvolvimento econômico, principalmente dos pequenos produtores rurais. Além disso, o baixo nível de coparticipação, cooperação e associativismo demonstram que as estruturas de governança construídas no passado estão em processo em declínio (ou transformação) devido à sobreposição de ações de iniciativas individuais, à inexpressiva participação e atuação governamental, e enfraquecimento dos movimentos sociais.

Neste longo percurso metodológico de estudos e investigação, um entrave inibiu a coleta e o aprofundamento analítico dos dados, que consistiu na recusa de alguns agentes em contribuir com a pesquisa ao se esquivarem da entrevista e não permitirem registros fotográficos.

Por fim, objetivando aprofundar ainda mais o conhecimento acerca da dinâmica econômica no APL do açaí miriense, tem-se como proposição para pesquisa futura: analisar se as práticas oligopsônicas exercidas pelas indústrias beneficiadoras de açaí são resultantes apenas de uma estrutura de mercado imperfeita ou se outros fatores contribuem para estas; e analisar se a queda do preço do açaí é provocada, não apenas pelo exercício de práticas oligopsônicas, mas pelo aumento progressivo da produção de açaí e diversificação dos fornecedores de matéria-prima localizados em outros territórios

REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, Jair do. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: Planejamento e políticas públicas.** Brasília, IPEA, p. 3570. 1996. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/129> >. Acesso em 01 jan. 2018.
- _____. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local.** Ipea - Planejamento e políticas públicas, n. 23, jun. 2001. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>>. Acesso em: 12 out. 2017.
- APOLINÁRIO, V.; SILVA, M. L. da. Saber local e interações no APL de bordados de Caicó, RN: Arte-negócio no semi-árido nordestino. In: CASSIOLATO, J. E.; MATOS, M. P. de; LASTRES, H. M. M. (Org.). **Arranjos produtivos locais: uma alternativa para o desenvolvimento: criatividade e cultura.** Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- _____. Análise das políticas para arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso. In: APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA, Maria Lussieu da. (orgs.) **Políticas para arranjos produtivos locais. Análise em estados do Nordeste e Amazônia Legal.** Natal: EDUFRN, 2010b.
- ARAUJO, Maria Celina D'. **Capital Social.** Rio de Janeiro: Passo-a-passo, 2003.
- BACAL, S. S.; COSTA, S. **Metodologia de pesquisa** (apostila). São Paulo: ECA-USP, 1994.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARQUERO, Antonio Vasquez. **Desarrollo local. Una estrategia de creación de empleo.** Madrid: Ed. Pirâmide, 1988.
- _____. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Porto Alegre: Editora UFRS, 2002.
- BENKO, G. Distritos industriais e governança das economias locais: o caso da França. **Interações–Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 6, n. 9, p. 9-24, 2004.
- BOISIER, Sergio E. **Sociedad civil, participacion, conocimiento y gestion territorial.** Santiago de Chile: ILPES, 1997.
- BOTELHO, J. B. L. R.; CAMPOS, Índio. Arranjo Produtivo Local de Fitoterápicos em Manaus. In: CAMPOS, Índio (Org.). **Arranjos produtivos locais na Amazônia Legal.** Belém: UFPA. NAEA, 2009.
- BRASIL. Lei n. 5.764, de 16 de nov. de 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências,** Brasília,DF, nov 1971.
- BRUM, A. L.; BEDIM, G. A. **Globalização e desenvolvimento. Algumas reflexões sobre as transformações do mundo atual e as suas implicações no processo de desenvolvimento.** Desenvolvimento em questão. Ijuí, ano 2003, vol. 1, número 002.

Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/77>>. Acesso em: 23 out. 2017.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAMPOS, Antonio Carlos de.; CALLEFI, Patrícia. **Arranjos Produtivos Locais de confecção no Paraná: uma análise comparativa**. Informe Gepec, Toledo, v. 13, n. 2, p. 85-103, jul./dez. 2009. Disponível em: <[e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/download/2351/2695?](http://revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/download/2351/2695?)>. Acesso em: 01 mar. 2018.

CAMPOS, Índio. Prefácio. In: CAMPOS, Índio (Org.). **Arranjos produtivos locais na Amazônia Legal**. Belém: UFPA. NAEA, 2009.

CARDOSO, Ana Cláudia; et al. Planos diretores no Tucupí: a experiência de elaboração de planos diretores na região do Baixo Tocantins, estado do Pará. In. **Planos diretores participativos: experiências amazônicas**. Belém: EDUFPA, 2007.

CARIO, Silvio Antonio Ferraz; NICOLAU, José Antonio. **Estrutura e padrão de governança em arranjos produtivos locais no Brasil: um estudo empírico**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 177-206, maio 2012. Disponível em: <revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/2512/3075>.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: Lastres, H.M.M; Cassiolato, J.E.e Maciel, M.L. (org.) **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003a.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M.M. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST). Novembro, 2003b. Disponível em: <www.ie.ufrj.br/redesist/P4/textos/Glossario.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2018.

CKAGNAZAROFF, I. B. **Reflexões sobre estratégias de governança local**. GES - v 3, n 5, p. 23-47, jan/jun. 2009 CEPEAD/FACE/UFMG.

CKAGNAZAROFF, I. B.; PEREIRA, L. Z.; ANDRADE, C. R de; ABREU, B. V de. Governança em planejamento e desenvolvimento local: uma análise teórica. **Revista de Ciências Humanas**, v.8, n.2, p. 171-191, jul./dez. 2008.

COLLETIS, Gabriel., et. al. Construction territoriale et Dynamiques productives. **Revue Sciences de la Société**, Toulouse. n. 48, Outubro, 1999.

CONTI, D. T.; PAULI, M. K.; SANTOS, P. E. dos. Redes de cooperação para o desenvolvimento endógeno. In: **JORNADA DE PESQUISAS ECONÔMICAS - FAHOR**, 3., 2012, Horizontina. Horizontina: Faculdade Horizontina. JOPEC, 2012.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**. Brasília: Mais Gráfica, 2010.

CRUZ, A. C.; RIOS, S. E.; EINHARDT, M. G.; CRUZ, F. C. Desenvolvimento Endógeno: uma Compreensão da Perspectiva dos Pesquisadores de uma Empresa Federal. **Revista de Administração da UFSM**, v. 9, n. Ed. Especial, p. 61-75, 2016.

CUNHA, E. M. da. Mutirão e Trabalhadoras de Igarapé-Miri: açaí como alternativa econômica no contexto de gênero. **Papers do NAEA**, n. 206, Dezembro, 2006. Disponível em: <<http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/348>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

DALLA VECCHIA, Raquel Virmond Rauen. Arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento regional e local. **Revista Capital Científico-Eletrônica**, v. 4, n. 1, p. 31-50, 2006. Disponível em: <<https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/634/836>>. Acesso em: 24 abr. 2018

DIAS, Taís; CARIO, Silvio Antônio Ferraz. Governança Pública: ensaiando uma concepção. **Contabilidade, Gestão e Governança** - Brasília · v. 17 · n. 3 · p. 89- 108 · set./dez. 2014.

ERBER, F. S. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. **Nova Economia**, Belo Horizonte, p. 11-31, jan./abr. 2008.

FRANÇA, C. L. de; CALDAS, E. de L.; VAZ, J. C. (Org.) **Aspectos econômicos de experiências de desenvolvimento local**: um olhar sobre a articulação de atores. São Paulo: Instituto Pólis. 2004.

FUINI, Lucas Labigalini. A governança em arranjos produtivos locais (APLs): algumas considerações teóricas e metodológicas. Londrina, **Revista Geografia**, v 23, n. 1, p. 57-83. 2014. Disponível em: <www.uel.br/portal/frm/frmOpcao.php?opcao=http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia>. Acesso em: 13 mar. 2018.

FUKUYAMA, Francis. **Trust: the social virtues and the creation of prosperity**. New York: The Free Press, 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GONÇALVES, Alcindo. **O Conceito de governança**. CONPEDI, Manaus, Anais, 2006. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/Anais/Alcindo%20Goncalves.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Quantidade produzida na extração vegetal de açaí, 1999**. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289> >. Acesso em: 11 nov. 2017.

_____. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>.

Acesso em: 11 nov. 2017.

_____. **Produto das lavouras permanentes de açaí, 2016.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

JUSTEN, G. S.; SOUZA, M. P.; SOUZA FILHO, T. A.; PAES, D. C. S. Estruturas de Governança em Arranjos e Sistemas Produtivos Locais: o caso do Projeto Reça. **Revista Organizações em Contexto**, v. 11, n. 21, p. 101-126, 2015.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 3, p. 479-499, 2006.

LASTRES, H. M. M., CASSIOLATO J. E. **Novas políticas na era do conhecimento.** Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2003.

LIMA, Rosemildo Santos. **Na safra e na entressafra do açaí: usos do território e modo de vida da população ribeirinha do baixo Rio Meruú (Igarapé-Miri/PA).** 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=en&nrm=iso>.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para construção de uma nova agenda política.** Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MAGALHÃES et al.. Transformações Sociais e Territoriais no Ambiente Rural da Amazônia Oriental. In: **Encontro Nacional da Anppas**, 4., 2012. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT2-772-1156-20120630113752.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Humberto Falcão; MARINI, Caio. Governança pública contemporânea: uma tentativa de dissecação conceitual. **Revista do Tribunal de Contas da União**, v. 46, n. 130, p. 42-53, maio/ago. 2014.

MATOS, Fernanda; DIAS, Reinaldo. **Governança pública: novo arranjo de governo.** Campinas: Editora Alínea, 2013.

MORAES, Jorge Luiz Amaral. Capital social e Desenvolvimento Regional. In: CORREA, S. M. de S. (Org.). **Capital social e desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul: Ed. EDUNISC, 2003. p. 123-148.

MOURA, J. G. de; MOURA, E. P.; SANTOS, A. V. Promoção de arranjos produtivos locais em ambientes instáveis: o caso do Maranhão. In: APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA, M. L. da

(Org.). **Políticas para arranjos produtivos locais: uma análise em estados do Nordeste e Amazônia Legal**. Natal: EDUFRN, 2010.

NUNES, Francivaldo Alves. **Sob o signo do moderno cultivo: Estado imperial e agricultura da Amazônia**. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, G. B. de.; LIMA, J. E. S. de. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Rev. FAE**, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, mai./dez. 2003.

OLIVEIRA, Gevaci Carlos P. G. de. Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Endógeno: redes de cooperação. In: **Encontro de Economia Gaúcha**, 4., 2008, Porto Alegre. Anais eletrônicos. Porto Alegre: PUCRS, [2007?], p.7. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/4-encontro-economia.../estudos-setoriais-sessao5-3.doc>>. Acesso em: 26 out. 2017.

OLIVEIRA, P. T., SILVA, G. M., EMMENDOERFER, M. L. Governança e desenvolvimento local no contexto da indústria de tecelagem tradicional de Resende Costa (MG), Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 12, n. 1, p. 63-84, jan./abr. 2006.

PAIVA, Carlos Águedo. Capital social, comunidade, democracia e o planejamento do desenvolvimento no RS: uma avaliação de suas possibilidades à luz de sua história. In: WITTMANN, M. L; RAMOS, P. R.(Org.). **Desenvolvimento Regional: capital social, redes e planejamento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 37-78.

PARÁ, Secretaria de Estado de Integração Regional. **Atlas de Integração Regional do Estado do Pará**. Belém: SEIR, 2010.

PASSOS, F. H.; DIAS, C. C.; CRUZ, R. C. Capital social, competências e demandas tecnológicas de arranjos produtivos locais: o caso do APL de sisal em Valente, Bahia. **Revista Economia & Gestão**, v. 5, n. 10, p. 92-112, 2005.

PAES-DE-SOUZA, Mariluce. Arranjo produtivo local do leite na região central do Estado de Rondônia. In: CAMPOS, Índio (Org.). **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal - Estudos - Diagnósticos de aglomerações - PDSA 2005-2008**. Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA): Belém, 2007.

PETTIGREW, Andrew M. Context and action in the transformation of the firm. **Journal of Management Studies**, v. 24, n. 6, p. 649-670, 1987.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 7. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

POLÔNIO, W. A. **Manual das sociedades cooperativas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REIS, Adebaro Alves dos. **Estratégias de desenvolvimento local sustentável da pequena**

produção familiar na várzea do município de Igarapé-miri (PA). 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

RÉUS, L. S. **Gestão Municipal e desenvolvimento Sustentável:** um panorama dos indicadores de sustentabilidade nos municípios catarinenses. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Socioeconômicas e da Administração. Mestrado profissional em Administração. Florianópolis, 2012. pp. 64-87.

SANTOS, I. E. dos. **Métodos e técnicas da pesquisa científica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2000.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **Governabilidade, governança e capacidade governativa:** algumas notas. 1996. Disponível em: < <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/819>> Acesso em: 23 out. 2017.

SOUZA FILHO, Jorge Renato. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação.** Porto Alegre: UFRS, 2002.

SUZIGAN, W.; GARCIA, R; FURTADO, J. **Estrutura de Governança em arranjos ou Sistemas Locais de Produção. Gestão Produção.** V.14, n.2, p. 425-439, maio-Agosto, 2007.

RODRIGUES, A. L.; MALO, M. C. Estruturas de governança e empreendedorismo coletivo. **Revista de Administração Contemporânea**, v.10, n.3, p.29-50, 2006.

TAPIA, J. R. B. Desenvolvimento local, concentração social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 132-139, jan./mar. 2005.

TEIXEIRA, Keuler Hissa et al. . Território, cooperação e inovação: um estudo sobre o Arranjo Produtivo Pingo D'água. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília , v. 44, n. 3, p. 573-594, Sept. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032006000300010&lng=en&nrm=iso>. access on 30 July 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032006000300010>.

TENÓRIO, F. G. Desenvolvimento Local. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e Desenvolvimento Local.** Rio de Janeiro: Ed. Unijuí, 2007.

ULTRAMARI, Clovis e DUARTE, Fabio. **Desenvolvimento Local e Regional.** Curitiba: Editora Ibplex, 2011.

VIANA, G.; LIMA, J. F.; RIPPEL, R.; HOEFLICH, V. A. O Capital Social e o Empreendedorismo: Notas de Leituras. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 14, n. 2, p. 122-141, 2016.

VILPOUX, Oliver F.; OLIVEIRA, Eule José de. Instituições informais e governanças em Arranjos Produtivos Locais. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 85-111, jan./abr. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rec/v14n1/a05v14n1>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

XAVIER, T. R.; WITTMANN, M. L.; TREPTOW, I. C.; AZEVEDO, J. B.; INÁCIO, R. O. Desenvolvimento regional endógeno contexto histórico para o surgimento de uma estrutura de governança regional no Estado Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 27, p. 185-215, 2014.

APÊNDICE A - Formulário aplicado a Entidades Públicas e Privadas**Mestrando:** Francisco de Paulo Coelho Júnior - **Orientador:** Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva**Tema:** Estrutura de Governança no Arranjo Produtivo Local (APL) do Açaí no Município de Igarapé-Miri**Objetivo:** descrever o APL do açaí em Igarapé-Miri, identificando e caracterizando os principais agentes e suas inter-relações

Data:

Este instrumento de pesquisa servirá de roteiro para entrevistas a serem realizadas diretamente pelo pesquisador

O presente instrumento é composto por perguntas que deverão ser respondidas de acordo com a percepção do entrevistado, sem indicação de respostas certas ou erradas.

Categoria do entrevistado:

- Agente Público Municipal Estadual Federal
- Agente Privado
 - Representante de Classe
 - Indústria
 - Instituição de pesquisa e capacitação
 - Associação de agroextrativistas
 - Cooperativa de agroextrativistas
 - Produtor Rural

Nome:

Caracterização dos agentes do APL

01. Quais os principais agentes econômicos e como está definida a cadeia comercial/produtiva do açaí em Igarapé-Miri, desde o produtor rural ao consumidor final?

02. Quais os principais agentes políticos e sociais existentes no APL, como eles atuam e se inter-relacionam?

APÊNDICE B - Formulário aplicado a Entidades Públicas e Privadas**Mestrando:** Francisco de Paulo Coelho Júnior - **Orientador:** Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva**Tema:** Estrutura de Governança no Arranjo Produtivo Local (APL) do Açaí no Município de Igarapé-Miri**Objetivo:** descrever, através de análise histórica, as etapas que levaram ao surgimento do APL do açaí em Igarapé-Miri e a estrutura de governança exercida para tal

Data:

Este instrumento de pesquisa servirá de roteiro para entrevistas a serem realizadas diretamente pelo pesquisador

O presente instrumento é composto por perguntas que deverão ser respondidas de acordo com a percepção do entrevistado, sem indicação de respostas certas ou erradas.

Categoria do entrevistado:

- Agente Público Municipal Estadual Federal
- Agente Privado
 - Representante de Classe
 - Indústria
 - Instituição de pesquisa e capacitação
 - Associação de agroextrativistas
 - Cooperativa de agroextrativistas
 - Produtor Rural

Nome:

01. Quais os fatores que motivaram Igarapé-Miri a investir na produção de açaí no início dos anos 90?
02. Quais os principais atores econômicos, políticos e sociais envolvidos neste processo de desenvolvimento e o modo de articulação destes?
03. Como de deu o processo de retomada do desenvolvimento econômico em Igarapé-Miri através do cultivo do açaí?
04. Quais os principais benefícios desse processo?

APÊNDICE C - Formulário aplicado a Entidades Públicas e Privadas**Mestrando:** Francisco de Paulo Coelho Júnior - **Orientador:** Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva**Tema:** Estrutura de Governança no Arranjo Produtivo Local (APL) do Açaí no Município de Igarapé-Miri**Objetivo:** Definir tipo de governança existente no APL do açaí em Igarapé-Miri

Data:

Este instrumento de pesquisa servirá de roteiro para entrevistas a serem realizadas diretamente pelo pesquisador

O presente instrumento é composto por perguntas que deverão ser respondidas de acordo com a percepção do entrevistado, sem indicação de respostas certas ou erradas.

Categoria do entrevistado:

 Agente Público Municipal Estadual Federal Agente Privado Representante de Classe Indústria Instituição de pesquisa e capacitação Associação de agroextrativistas Cooperativa de agroextrativistas Produtor Rural

Nome:

As respostas devem ser assinaladas em forma de escala, sendo: 1 (péssimo) 2 (ruim) 3 (regular) 4 (bom) 5 (excelente), e justificadas.

I. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA: INTERAÇÃO

Considerando a interação dos agentes no Arranjo Produtivo Local (APL) do açaí no município de Igarapé-Miri, como você avalia a:

1.1	As formas de articulação entre os agentes públicos e privados no arranjo. Justif.:	(1) (2) (3) (4) (5)
1.2	As formas de articulação e participação dos agentes públicos (municipais, estaduais e federais) no arranjo. Justif.:	(1) (2) (3) (4) (5)
1.3	As formas de articulação entre os agentes privados no arranjo. Justif.:	(1) (2) (3) (4) (5)
1.4	A contribuição das entidades de representação de classe no arranjo. Justif.:	(1) (2) (3) (4) (5)

II. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA: COOPERAÇÃO

Considerando a cooperação entre agentes no Arranjo Produtivo Local (APL) do açaí no município de Igarapé-Miri, como você avalia a:

2.1	A cooperação entre os agentes do arranjo. Justif.:	(1) (2) (3) (4) (5)
2.2	O papel desempenhado pelas associações e cooperativas no arranjo. Justif.:	(1) (2) (3) (4) (5)
2.3	As relações de confiança entre os agentes. Justif.:	(1) (2) (3) (4) (5)
2.4	As decisões conjuntas tomadas entre o Estado e os agentes existentes no APL	(1) (2) (3) (4) (5)

	Justif.:	
--	----------	--

III. TIPO DE GOVERNANÇA: MERCADO

Quanto às relações mercadológicas no Arranjo Produtivo Local (APL) do açaí no município de Igarapé-Miri, como você avalia:

3.1	A competitividade dos produtos do arranjo. Justif.:	(1) (2) (3) (4) (5)
3.2	O nível de influencia que empresas, cooperativas, organizações sindicais, associações, atravessadores ou governo, exercem no APL ao ponto de interferir no modo de atuação de outros agentes. Justif.	(1) (2) (3) (4) (5)
3.3	O nível de participação ou influência pública nas relações mercadológicas existentes no APL Justif.:	(1) (2) (3) (4) (5)

IV. TIPO DE GOVERNANÇA: POLÍTICAS PÚBLICAS

Quanto a políticas públicas para o Arranjo Produtivo Local (APL) do açaí no município de Igarapé-Miri, como você avalia:

4.1	As políticas públicas voltadas para o arranjo. Justif.:	(1) (2) (3) (4) (5)
4.2	A atenção pública para as necessidades do arranjo. Justif.:	(1) (2) (3) (4) (5)
4.3	Os programas e projetos de capacitação de mão de obra no arranjo. Justif.:	(1) (2) (3) (4) (5)
4.4	O processo de formulação e implantação de políticas públicas para a atividade do açaí no município em cooperação entre os atores públicos, privados e a sociedade. Justif.:	(1) (2) (3) (4) (5)